



UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL - UFFS
CAMPUS ERECHIM
CURSO DE AGRONOMIA

KEILA DALEPIANE

**O AUTOCONSUMO COMO UM PROVIDOR DO PROTAGONISMO DAS
MULHERES NA CONSTRUÇÃO DA AGROECOLOGIA: UM ESTUDO DE CASO
NO ASSENTAMENTO NOVO PARAÍSO, PR**

PONTÃO
2018

KEILA DALEPIANE

**O AUTOCONSUMO COMO UM PROVEDOR DO PROTAGONISMO DAS
MULHERES NA CONSTRUÇÃO DA AGROECOLOGIA: UM ESTUDO DE CASO
NO ASSENTAMENTO NOVO PARAÍSO, PR**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de Agronomia com ênfase em agroecologia da Universidade Federal da Fronteira Sul, como requisito para obtenção do título de bacharel em Agronomia.

Orientador. Prof. Ph.D. Claudia Petry

PONTÃO

2018

KEILA DALEPIANE

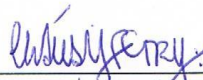
“O PROTAGONISMO DAS MULHERES NA CONSTRUÇÃO DA AGROECOLOGIA: UM ESTUDO DE CASO NO ASSENTAMENTO NOVO PARAÍSO” - PR

Trabalho de conclusão de curso de graduação apresentado como requisito para obtenção de grau de Bacharel em Agronomia da Universidade Federal da Fronteira Sul

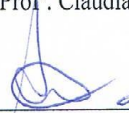
Orientador: Prof^ª. Claudia Petry

Este trabalho de conclusão de curso foi defendido e aprovado pela banca em 07/06/2018.

Banca examinadora:



Prof^ª. Claudia Petry



Prof. Antonio Paulo Gomes de Freitas



Prof^ª. Isabel Cristina Lourenço da Silva

Dedico este trabalho especialmente às mulheres agricultoras, que buscam a emancipação e construção de novas relações a qual enfatiza o respeito com as pessoas e a natureza.

alepiane, keila

A construção da agroecologia com o protagonismo das mulheres: um estudo de caso no Assentamento Novo Paraíso-PR/ keila Dalepiane --2018.

71 f:il.

Orientadora: Claudia Petry.

Trabalho de conclusão de curso (graduação) -
Universidade Federal da Fronteira Sul, Curso de Agronomia com ênfase em agroecologia, Erechim, RS, 2018.

1. mulheres na agricultura. 2. Agricultura convencional. 3. A agroecologia . 4. alimentos para o autoconsumo. 5. O protagonismo das mulheres . II. Petry, Claudia, orient. I. Universidade Federal da Fronteira Sul. III. Título.

Fonte: Elaborada pelo sistema de Geração Automática de Ficha de Identificação da Obra pela UFFS com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

AGRADECIMENTOS

Primeiramente agradeço ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, o qual faço parte, pois é através da luta que possibilitou filhos e filhas de assentados/as a fazer graduação.

Registro aqui meus agradecimentos a minha família, que a mesma me possibilitou me manter no curso sempre me apoiando e incentivando a continuar firme, sendo a minha base e minha força para seguir, destacando meu filho Arthur que foi a inspiração dos meus dias.

Agradeço a minha orientadora Claudia Petry a qual me orientou para a conclusão deste trabalho, sempre me incentivando e ajudando, meus sinceros agradecimentos pelas sugestões e paciência. Também agradeço a Lizet Stumpf que por varias vezes me ajudou na organização da estrutura do trabalho. Quero aqui prestigiar e agradecer as contribuições de Isabel Cristina Lourenço da Silva que tive o prazer em conhecer e que neste processo me ajudou e me incentivou na realização do trabalho.

Meus sincero obrigado ao grupo de mulheres do assentamento, as quais colaboraram para a realização deste trabalho, nas quais mantenho firme a esperança que se continuarmos lutando juntas conseguiremos nossa emancipação.

Por fim agradeço aos companheiros e companheiras da turma Ênio Guterres que juntos construímos uma relação de ajuda e companheirismo, que me possibilitou a chegar ao fim deste curso.

RESUMO

As mulheres desenvolveram e desenvolvem um papel fundamental na agricultura produzindo diversidade, entretanto, com o desenvolvimento da agricultura convencional, esta atividade foi se tornando invisibilizado, dando lugar às grandes culturas. Este trabalho tem por objetivo estudar os componentes do sistema produtivo que contribuem para a construção da agroecologia, identificando o protagonismo das mulheres neste processo. Foi desenvolvido um estudo de caso no assentamento Novo Paraíso, localizado no município Boa Ventura de São Roque- PR, a pesquisa se constituiu em um âmbito exploratório com abordagem qualitativa e quantitativa. Com o objetivo de comparar a importância da produção de alimentos para o autoconsumo foram entrevistadas quatro famílias que não produziam para o autoconsumo e cinco famílias que produziam para o autoconsumo, e as mulheres deveriam fazer parte do grupo de mulheres do assentamento, para identificar o protagonismo das mesmas neste processo. Através do estudo observou que o arrendamento de soja é predominante, tornando invisível o trabalho de produção de alimentos diversificado realizado pelas mulheres. Diante disso observou que dos sistemas de produção existentes no assentamento, o autoconsumo é o que mais contribui para a agroecologia e o mesmo é desenvolvido pelas mulheres. Assim identificamos as mulheres como protagonistas na construção da agroecologia no assentamento, pois as mesmas desenvolvem uma produção diversificada e realizam estudos no grupo sobre o tema. Conclui-se que para a construção da agroecologia, é urgente suprimir as desigualdades de gênero no campo, de forma que as mulheres tenham participação e autonomia nas tomadas de decisão sobre as atividades produtivas dos lotes e do assentamento como um todo.

Palavras – chaves: Mulher. Agroecologia. Gênero feminino. Autoconsumo.

RESUMEN

Las mujeres desarrollaron y desarrollan un papel fundamental en la agricultura produciendo diversidad, con el desarrollo de la agricultura convencional en el campo, este trabajo se hizo invisible dando lugar a las grandes culturas. Este trabajo tiene por objetivo estudiar los componentes de los sistemas productivos que contribuyen para la construcción de la agroecología, identificando el protagonismo de las mujeres en este proceso. Se desarrolló un estudio de caso en el asentamiento Novo Paraíso, ubicado en el municipio Boa Ventura de São Roque- PR, la investigación se constituyó en un ámbito exploratorio con abordaje cualitativo y cuantitativo. En el marco de comparar la importancia de la producción de alimentos para el automantenimiento se entrevistó a cuatro familias que no producían para el automantenimiento y cinco familias que producían para el automantenimiento y las mujeres debería formar parte del grupo de mujeres del asentamiento para identificar el protagonismo de las mujeres misma en este proceso. A través del estudio observó que el arrendamiento de soja es predominante, invisibilizando el trabajo de producción de alimentos diversificado realizado por las mujeres. Ante ello, observó que de los sistemas de producción existentes en el asentamiento el automantenimiento es que más contribuye a la agroecología y lo mismo es desarrollado por las mujeres. Así identificamos a las mujeres como protagonista para poder construir la agroecología en el asentamiento, pues las mismas desarrollan una producción diversificada y realizan estudios en el grupo sobre el tema. Identificando entonces que para la construcción de la agroecología, tiene que suplir las desigualdades de género en el campo.

Palabras claves: Mujeres. Agroecología. Automantenimiento. Genero femenino.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	8
1.1	JUSTIFICATIVA	8
1.2.1	Objetivo geral.....	10
1.2.2	Objetivo específico.....	10
2	REFERENCIAL TEÓRICO	11
2.1	PROBLEMAS DO SISTEMA CONVENCIONAL DE PRODUÇÃO	11
2.2	AGROECOLOGIA: PRINCÍPIO PARA SE TER SISTEMAS DE PRODUÇÃO AGRÍCOLA SUSTENTÁVEIS	15
2.3	AGROECOLOGIA E A AS MULHERES	18
2.4	HISTÓRICO DO ASSENTAMENTO NOVO PARAÍSO-PR.....	23
2.4.1	Cooperativas	25
3	MATERIAL E MÉTODOS	28
3.1	CONTEXTUALIZAÇÕES DO LOCAL DA PESQUISA	28
3.2	METODOLOGIA DA PESQUISA.....	30
3.3	PARTICIPANTES DA PESQUISA.....	31
3.5	ANALISE DOS DADOS	34
4	RESULTADOS E DISCUSSÃO	35
4.1	ANÁLISE DO SISTEMA CONVENCIONAL DE AGRICULTURA E DO ARRENDAMENTO DE TERRAS NO ASSENTAMENTO.....	35
4.2	ESTUDO DOS SISTEMAS DE PRODUÇÃO DA AGRICULTURA VISANDO AS ATIVIDADES PRODUTIVAS QUE MAIS CONTRIBUI PARA A AGROECOLOGIA ...	40
4.3	O PROTAGONISMO DAS MULHERES PARA CONSTRUÇÃO DA AGROECOLOGIA NO ASSENTAMENTO NOVO PARAISO.....	49
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	57
	REFERÊNCIAS	60
	APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO COM AS FAMÍLIAS	63
	APÊNDICE B – ENTREVISTA EM GRUPO.....	65
	APÊNDICE C – TABELA COM PREÇO DE ALIMENTOS.....	65
	ANEXO A	68

1 INTRODUÇÃO

O desenvolvimento do agronegócio, baseado na monocultura, produção em larga escala e responsável pela renda das famílias, vem tornando o trabalho das mulheres invisível, pois, estas geralmente se dedicam aos cultivos que “não trazem renda” para a família, como aqueles voltados para o autoconsumo e /ou atividades manuais. De tal modo o trabalho da mulher acaba desvalorizado, assim considerado como uma ajuda, pois cabe a mulher a tarefa de criação de pequenos animais, o plantio de culturas para alimentação das famílias (feijão, arroz, amendoim etc), organização de horta, o cuidado com as crianças e o trabalho doméstico tem valor social menor comparado ao dos homens.

As atividades executadas pelas mulheres na agricultura são essenciais para o autoconsumo familiar, porém são entendidas como um trabalho leve ou como um não trabalho. Para além do fato de que as mulheres também não possuem voz ativa em relação as decisões da sua unidade de produção, as áreas destinadas aos cultivos para alimentação geralmente são terrenos dobradiços e de difícil acesso, acarretando assim um trabalho braçal.

A agroecologia tem um importante papel neste debate, pois ela é antagônica ao modelo de agricultura convencional. Baseado na preservação da biodiversidade e na sustentabilidade, a agroecologia deixa clara seu questionamento ao modelo de agricultura vigente, reconhecendo os agricultores e agricultoras como protagonistas na construção deste novo modo de vida, que também traz a diversidade e a divisão de tarefas e de decisões nas unidades de produção. Nesse sentido, a agroecologia e as mulheres andam juntas pois as mesmas questionam as relações estabelecidas pelo sistema capitalista e pelo patriarcado, sendo que os dois trazem a dominação, exploração dos seres humanos e bens naturais, as mesmas buscam novas mudanças e a construção de novas relações que se baseia no cuidado com os próximos e com a natureza, estas transição propõem um outro modelo de vida (CINELLI; SANTOS, 2015).

Na agroecologia as atividades produtivas das mulheres como horta, plantio e colheita de alimentos, manejo dos pequenos animais, trabalho doméstico, preparo dos alimentos, são reconhecidos e de fundamental importância para garantir a sustentabilidade familiar. A transição da agroecologia tem que ser construída pelos homens e mulheres, os quais proporcionarão uma mudança no seu modo de se relaciona com a natureza e as pessoas, valorizando esta atitude que geralmente é das mulheres.

1.1 JUSTIFICATIVA

A grande problemática discutida é que o trabalho das mulheres agricultoras na produção de alimentos para o autoconsumo familiar e historicamente desconsiderado, pela própria família, sociedade e as organizações as quais estas pertencem. Esta invisibilidade é acarretada devido à produção agrícola familiar comercializável, (grãos, leite, etc) ser prioridade nos sistemas convencionais de produção, sendo esta uma atividade geradora de renda que é desenvolvida pelos homens.

Hoje as atividades de produção que mais é desenvolvido no assentamento são os que geram renda para as famílias, desta forma o arrendamento de terras e a produção de leite é as atividades atualmente predominantes no assentamento.

Considerando estas problemáticas, este trabalho tem por objetivo trazer contribuições para o assentamento o MST e as mulheres. No âmbito de contribuir com as mulheres vai mostrar a elas a importância do seu trabalho, mostrando as mesmas como agentes protagonistas da agroecologia no assentamento. Para a assentamento, a pesquisa traz dados, que revelam a importância do trabalho de produção de alimentos para o autoconsumo que este contribui para a soberania alimentar da família. Para o MST, esta pesquisa visa auxiliar trazendo mais informações sobre o papel das mulheres, um tema extensamente debatido, mas que precisa ser aprofundado.

O tema escolhido se deu pelo fato da pesquisadora fazer parte do assentamento e da coordenação do grupo de mulheres. Desta forma a mesma sentiu a necessidade de escrever um trabalho referente a importância que tem a mulher, assim relacionando dois temas que a pesquisadora se identifica muito, e que este é de extrema importância, as mulheres e a agroecologia.

A pesquisadora reside no assentamento a 18 anos, a mesma juntamente com sua família sendo esta, duas irmãs sua mãe e um filho ainda pequeno, que juntas sentem a necessidade da valorização do trabalho da mulher, pois, mantem sua unidade de produção (UP) apenas em mulheres, assim conseguido evidenciar que no assentamento a uma desvalorização grande com o trabalho da mulher, sendo este de produção de alimentos para o consumo o qual a família igual outras mulheres desenvolvem. Desta forma escrever este trabalho me faz sentir realizada, pois consegui provar com dados que a mulher e seu trabalho são muito importante, afirmando assim que para a construção da agroecologia no assentamento será as mulheres protagonista deste processo.

1.2 OBJETIVOS

1.2.1 Objetivo geral

Estudar os componentes dos sistemas produtivos que contribuir para a construção da agroecologia no assentamento Novo Paraíso, identificando o protagonismo das mulheres neste processo.

1.2.2 Objetivo específico

- Estudar os problemas decorrentes do arrendamento de terras e conseqüentemente o uso de agrotóxicos no assentamento;
- Estudar as atividades produtivas que contribuem para a construção da agroecologia
- Pesquisar sobre a alimentação das famílias, diversidade e origem dos alimentos, visando demonstrar a importância da produção de alimentos para o autoconsumo.
- Sistematizar um encontro do grupo de mulheres do assentamento, e identificar o protagonismo das mesmas para a realização agroecológica;

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Este capítulo aborda uma revisão bibliográfica baseada em autores que discutem a problemática da pesquisa, analisando os problemas do modelo atual de agricultura, definindo o que seria a agroecologia, e apresentando o papel da mulher neste contexto.

2.1 PROBLEMAS DO SISTEMA CONVENCIONAL DE PRODUÇÃO

A nova forma de produção, que passou a ser chamada de agricultura convencional, traz com ela o uso de novas tecnologias e utilização de fertilizantes químicos. Este modelo de produção, força a entrada acelerada do capital industrial no campo, abrindo espaço para surgir o agronegócio (JAHN; CONTE, 2015).

A revolução verde nada mais é que um pacote tecnológico que basicamente baseava-se em insumos químicos, sementes de laboratório, irrigação, mecanização agrícola e grandes extensões de terras. Ou seja, é um modelo de agricultura que tem a tecnologia como uma forma de dominação da natureza (PEREIRA, 2012).

Rachel Carson (1962, p.17) traz o relato das mudanças ocorridas com a entrada dos agrotóxicos, isto já na década de 1940:

Estes borrifos, estes pós, estes aerossóis são agora aplicados universalmente em fazendas, em jardins, em florestas, em residências; são substâncias químicas não seletivas, que tem o poder de matar toda a espécie de inseto – tanto os “bons” como

os “maus”, tem poder para silenciar os cantos dos pássaros e para deter o pulo dos peixes na correnteza; para revestir as folhas das plantas com uma película mortal, e para perdurar, embebidas no solo. Tudo isso, de uma só vez, ainda que o objetivo desejado seja a eliminação de umas poucas ervas daninhas e uns poucos insetos.

A tecnologia da revolução verde também trouxe com ela a redução dos ciclos das culturas, ou seja, o melhoramento genético, que assim possibilitou um maior uso do solo, tendo a possibilidade de fazer duas safras na mesma área. Com disseminação dessas variedades também aumento o uso de insumos e agrotóxicos trazendo grandes problemas para o meio ambiente e a saúde humana. Já a precocidade nos animais trouxe junto os problemas de reprodução (MACHADO; MACHADO FILHO, 2014). Além disso, se constata que:

Os sistemas diversificados rotacionais foram substituídos por sistemas especializados em monocultura, baseado no pacote tecnológico da Revolução Verde, em insumos industriais (adubos químicos, agrotóxico, motores a combustão interna, variedades de plantas e animais de laboratório considerado de alto potencial produtivo), no conhecimento técnico- científico nas grandes extensões de terras (latifúndios) e na irrigação. Essas transformações resultaram no êxodo rural, dependência da agricultura em relação à indústria e as corporações, dependência do agricultor da ciência e da indústria, desterritorialização dos camponeses, invasão cultural e contaminação do ser humano e do ambiente como um todo. A Revolução Verde contribuiu para marginalizar grande parte da população rural (PEREIRA, 2012, p..686).

Este modelo foi implementado no mundo inteiro, por pequenos e grandes produtores, surgindo o dilema de quem não conseguia adotar este modelo era chamado de atrasado. Neste contexto citamos novamente a saída de muitos pequenos/as agricultores/as para a cidade, pois a tentativa de implantar este modelo de agricultura requeria grandes investimentos e assim inviabilizava a permanência dos pequenos/nas no campo. Outros que tentaram implementar este modelo em suas terras acabaram se endividando e tendo que entregá-las ao banco. Desta forma, se cria um ciclo em que o agricultor/a não consegue deixar de buscar insumos de fora, pois quanto mais trabalha de forma intensiva e apenas com uma cultivar, cada vez mais degrada o solo mais este perde sua fertilidade, dependendo assim dos fertilizantes nitrogenados. Assim os pequenos agricultores/as foram deixando sua cultura de fazer a agricultura para implantar este modelo que viria como uma receita para usar mundialmente (JAHN; CONTE, 2015).

“A agricultura industrial, liderada pelo agronegócio, é um pacote tecnológico. O mesmo conjunto de tecnologias é utilizado da mesma forma em todas as regiões, independentemente das diferenças locais ou as habilidades e conhecimentos dos povos” (STROZAK, 2015).

Este modelo vem, portanto, com grandes problemas, pois baseia-se em produção em grandes escalas, ocasionando o desmatamento de grandes áreas para a expansão da agricultura:

No Brasil, a área de terra destinada à produção de soja cresceu a uma taxa de 3,2%. Hoje a soja ocupa extensões maiores do que qualquer cultivo no país, com 21% do total de terras cultivadas. A área plantada com soja aumentou em 2,3 milhões de hectares desde 1995, apresentando um aumento médio de 320 mil hectares por ano. (ALTIERI, 2012, p.46).

Este sistema traz com ele a degradação do solo principalmente em cultivos de soja. “[...] o cultivo de soja sempre causou erosão do solo, especialmente em áreas onde a soja não faz parte dos sistemas longos de rotação. Estima-se que no Brasil e na Argentina, a média dos níveis de perda do solo fique entre 19-30 t/ha[...]” (ALTIERI, 2012, p.46).

Para além da degradação que o sistema convencional ocasiona, também há perda da fertilidade do solo, pois com uso intensivo do solo não se gera matéria orgânica e conseqüentemente também não tem microrganismos no solo, e ambos ajudariam a manter o solo mais fértil.

“O cultivo intensivo tende a degradar a qualidade do solo de diversas maneiras. A matéria orgânica é reduzida, como resultado da falta de cobertura, e o solo é compactado pelo trânsito repetitivo das máquinas. A perda da matéria orgânica reduz a fertilidade do solo e degrada sua estrutura aumentando sua probabilidade de mais compactação e tornando o cultivo e suas melhorias temporárias ainda mais necessárias. O cultivo intensivo ainda aumenta acentuadamente a taxa de erosão do solo por água e vento” (GLIESSMAN, 2000, p.34).

Outro problema é que ele se baseia em produzir em grandes extensões de terra um único cultivo, ou seja, é uma monocultura, com isso ocorrem grandes problemas de desequilíbrio nas plantas que leva o agricultor cada vez mais comprar insumos e agrotóxicos de fora para garantir sua produção, “[...] os agroecossistemas modernos são instáveis e as quebras se manifestam em formas de surto recorrentes de pragas na maioria dos cultivos. O agravamento da maioria dos problemas de pragas está ligado à expansão de monoculturas, que se dá em detrimento da diversidade vegetal[...]” (ALTIERI, 2012, p.26).

A agricultura convencional também traz com ela o uso intensivo dos fertilizantes químicos sintéticos, os quais tem em geral, o custo baixo para produzir e por isso estão disponíveis ainda em grande quantidade. Pelo fato destes fertilizantes fornecerem os nutrientes mais essenciais as plantas e sendo em curto prazo, os agricultores movidos pelos

resultados imediatos abandonaram seus meios de produção de fertilidade para o solo (GLIESSMAN, 2000).

Os agrotóxicos foram incorporados na agricultura, no auxílio ao controle de ervas daninhas, porém trata-se de tecnologia duvidosa, pois, quanto mais os agricultores utilizam os agrotóxicos, mais plantas daninhas resistentes aparecem, como também o surgimento de novas pragas. Um dos problemas de o agrotóxico eliminar as pragas é que junto com elas ele mata seus predadores, desta forma as pragas se desenvolvem de forma muito mais rápida, pois já não tem predadores. Assim cada vez mais o uso de agrotóxicos precisa desenvolver um novo agrotóxico para matar pragas e plantas daninhas que antes não se existia (JAHN; CONTE, 2015). De acordo com Carson (1962, p.18):

[...] “relativo a sobrevivência dos mais fortes e mais adequado, desenvolveram super raças imunes aos efeitos dos inseticidas em particular usado contra eles; daí resultou na necessidade de se prepararem substâncias mais químicas ainda mais mortíferas – cada vez mais mortais, e, depois, outra ainda mais propiciadoras de morte. Os insetos destrutivos com frequência passam por súbitos retrocessos, isto é, por uma fase de ressurgência, depois dos borrifamentos. Assim a guerra química não ganha nunca e a vida toda é acolhida no seu violento fogo cruzado”.

Segundo Carneiro et al (2015) como o objetivo do agrotóxico é matar determinados seres vivos “incômodos” para a agricultura (um objetivo biocida), a sua essência é, portanto, tóxica. A síntese química foi amplamente desenvolvida nas primeiras décadas do século XX, especialmente no período das duas guerras mundiais, quando o objetivo de produzir armas químicas para dizimar o inimigo. O DDT, sintetizado em 1939, deu a largada deste sistema cadeia produtiva. Com o fim da Segunda Guerra a maioria das indústrias bélicas buscaram dar outra aplicação aos seus produtos, desta forma eles foram introduzidos na agricultura e na pecuária para a eliminação de pragas e de doenças endêmicas transmitidas por vetores. A saúde pública ajudou a legitimar a introdução destes produtos tóxicos e a ocultar sua nocividade sob alegação de combater esses vetores.

Com a tecnologia do melhoramento genético também se tem a perda da diversidade genética e das sementes crioulas. Os agricultores em sua história sempre buscaram ter diversidade de culturas, obtidas de cruzamento por ele desenvolvidos, ou mesmo quando selecionavam suas sementes com qualidades que os interessavam. Com a busca incessante de aumento da produção, os agricultores abandonaram esta prática, pois a indústria lhes oferecia sementes com as características desejadas e para obter maior produção.

Assim, se constata o problema de a planta ficar cada vez mais vulnerável ao ataque de pragas e patógenos, adquirindo resistência ao agrotóxico. Ou seja, estes melhoramentos também deixaram as plantas mais suscetíveis a fatores ambientais.

Talvez o maior dos problemas que o sistema convencional traz hoje são os agrotóxicos e suas várias formas de exposição que prejudicam a saúde humana. “[...]outro grande impacto bastante relevante e atual é o crescente número de doenças causadas pela implantação desse pacote tecnológico é o aumento de suicídios no meio rural[...]” (JAHN, CONTE 2015, p.18).

Antagônico ao modelo convencional de produção a Agroecologia busca fazer a agricultura imitando a natureza, buscando a harmonia entre as pessoas e a natureza.

2.2 AGROECOLOGIA: PRINCÍPIO PARA SE TER SISTEMAS DE PRODUÇÃO AGRÍCOLA SUSTENTÁVEIS

Admitindo a existência de amplo debate para definir o que é agroecologia, este capítulo vai procurar apresentar o conceito de agroecologia, mas também discutir a mesma como um princípio para sistemas de produção sustentáveis, baseado em alguns dos principais autores que discutem o tema.

Fica-se explícito a confusão que se tem em definir a agroecologia, gerando conceitos, que não entendem a agroecologia como um novo paradigma em construção. As confusões se dão ao interpretar a mesma como um modelo de agricultura, ou como técnicas de agricultura, e alguns interpretam como uma agricultura que não usa agrotóxico. Acabamos por minimizar o que na verdade é a agroecologia se entendermos ela como um enfoque científico ou uma matriz disciplinar. Ao contrário do paradigma convencional da ciência, a agroecologia como matriz disciplinar, busca acabar com o isolamento das ciências e das disciplinas, buscando ser integradora (CAPORAL; PAULUS; COSTABEBER, 2009).

A agroecologia tem tanto o conhecimento necessário como também a metodologia para desenvolver uma agricultura ambientalmente consistente, altamente produtiva e economicamente viável. Na agroecologia não tem distinção entre produção de conhecimento e aplicação, ela valoriza o conhecimento empírico e sua socialização e aplicação (GLIESSMAN, 2000). Segundo Caporal, Paulus, Costabeber (2009, p.15):

[...] ainda que a palavra Agroecologia nos faça lembrar-se de estilos de agricultura menos agressivos ao meio ambiente, não é pertinente confundir Agroecologia com um tipo de agricultura alternativa. Também não é suficientemente explicativo o vínculo, muito comum da ciência agroecológica com “uma produção agrícola dentro de uma lógica em que a natureza mostra o caminho”; “uma agricultura socialmente justa”; “o ato de trabalhar dentro do meio ambiente, preservando-o”; “o equilíbrio entre nutrientes, solo, planta, água e animais”; “o continuar tirando alimentos da terra sem esgotar os recursos naturais”; “uma agricultura sem destruição do meio ambiente”; “uma agricultura que não exclui ninguém”; entre outras.

Dentro da agroecologia busca se reconhecer os conhecimentos tradicionais, conhecimentos estes que foram ignorados pela revolução verde. Ou seja, a recuperação da herança agrícola que foi destruída pela revolução verde.

A agroecologia traz a ideia de integrar os conhecimentos tradicionais com os científicos, que busca novas alternativas para o desenvolvimento de uma agricultura mais sustentável e conseqüentemente tendo agricultor/a com sustentabilidade. “[...] é disto que se trata reconhecer que nas relações do homem com outros homens e destes com o meio ambiente, estamos tratando de algo que requer um novo enfoque paradigmático, capaz de unir os conhecimentos de diferentes disciplinas científicas, com os saberes tradicionais [...]”.

(CAPORAL, PAULUS, COSTABEBER, 2009).

Ainda é recente a discussão de agricultura sustentável e este veio como resposta ao declínio que a agricultura convencional vem provocando nos recursos naturais. Para a discussão de uma agricultura mais saudável se propõe o principal foco a eliminação dos agroquímicos, desta forma mudando o manejo que garanta a adequação nutrição e proteção das plantas, por meio de fontes orgânicas e um manejo integrado de pragas e doenças (ALTIERI, 2012).

Para se trabalhar a agroecologia deve se partir da lógica da natureza, sendo está expressa no ecossistema¹, que será transformada num agroecossistema que tenha a intervenção humana menos degradante possível, buscando maior complexidade do sistema de produção. Os mesmos, quanto mais diversificados, mais próximos estarão da sustentabilidade, e dentro disso a meta vai para além da substituição de insumos, nos sistemas de produção, pois este deve buscar a diversificação da biodiversidade (CAPORAL; PAULUS; COSTABEBER, 2009). Desta forma Altieri (2012, p. 105) mostra que agroecologia trabalhar os agroecossistemas avaliando sua complexidade

Por outro lado, a ciência da agroecologia, que é definida como a aplicação dos conceitos e princípios ecológicos para desenhar agroecossistemas sustentáveis, oferece uma base mais ampla para avaliar sua complexidade. A agroecologia vai mais além do uso de práticas alternativas e do desenvolvimento de agroecossistemas com baixa dependência química dos agroquímicos e de aportes externos de energia. A proposta agroecológica enfatiza agroecossistemas complexos nos quais as interações ecológicas e os sinergismos entre seus componentes biológicos promovem o mecanismo para que os próprios sistemas subsidiem a fertilidade do solo, sua produtividade e a sanidade dos cultivos.

¹ Um ecossistema é definido como um sistema funcional de relações complementares entre organismos vivos e seu ambiente as quais no espaço e no tempo, parecem manter um equilíbrio dinâmico, porém estável. Os componentes estruturais mais básicos dos ecossistemas são fatores bióticos, os organismos vivos que interagem no ambiente, e fatores abióticos, componentes físicos e químicos não vivos no ambiente.

Quando se busca ter uma racionalidade mais ecológica na agricultura se ignora aspectos de sustentabilidade, desta forma a agroecologia disponibiliza os princípios básicos de como estudar, manejar e projetar agroecossistemas sustentáveis (ALTIERI, 2012).

Quando se faz um redesenho de um agroecossistema, se busca a sustentabilidade, entendendo que os processos agroecológicos nunca serão estanques e sim que sempre estarão em modificação, desta forma a agroecologia buscará níveis profundos de sustentabilidade, buscando chegar o mais próximo da agricultura sustentável. Podemos entender uma agricultura sustentável como aquela que tenha diversidade biológica, que busque uma produção estável de longo prazo, que reduza a dependência de insumos externos, use recursos renováveis e busque recuperar os conhecimentos tradicionais, assim buscando cada vez mais a autossuficiência daquela unidade de produção (GLIESSMAN, 2000, p. 53). De acordo com Gliessman (2002) apud Altieri (2012, p. 106):

Os agroecossistemas são comunidades de plantas e animais interagindo com o seu ambiente físico e químico que foi modificado para produzir alimentos, fibras, combustíveis e outros para consumo e utilização humana. A Agroecologia é um estudo holístico dos agroecossistemas, abrangendo todos os elementos ambientais e humanos. Sua atenção é voltada para a forma humana, a dinâmica e a função de suas inter-relações, bem como para os processos nos quais estão envolvidas. Uma área usada para produção (um campo, por exemplo) é vista como um sistema complexo no qual os processos ecológicos que ocorrem sob condições naturais também podem se realizar, tais como: ciclagem de nutriente, interações predador-presa, competição, simbiose mudanças decorrentes de sucessões ecológicas. Uma ideia implícita na pesquisa em agroecologia é que, ao compreender essas relações e processos ecológicos, os agroecossistemas podem ser manejados de modo a melhorar a produção e torná-la mais sustentável, reduzindo impactos ambientais e sociais negativos e diminuindo o aporte de insumos externos.

A agroecologia proporciona as bases científicas para a promoção de estilos de agriculturas mais sustentáveis, sendo que ela aborda principalmente a necessidade de alimentos de qualidade e em quantidade, para que esta busque segurança alimentar. A mesma fornece estratégias para impulsionar os agricultores a buscar um desenvolvimento de agricultura mais ecológica, que permita avançar de uma transição da agricultura convencional para formas distintas de agriculturas mais sustentáveis. Com a adoção das bases que orientam as agriculturas de baixos insumos externos com princípios ecológicos, teremos uma maior participação da agricultura familiar no campo e implementação de sistemas produtivos mais sustentáveis, com menor degradação dos recursos naturais e com a produção de alimentos mais saudáveis (CAPORAL; PAULUS; COSTABEBER, 2009).

Desta forma pode-se dizer que a agroecologia integra todos os componentes, buscando manter o equilíbrio no agroecossistemas, a eficiência biológica geral, a preservação da biodiversidade, e a manutenção da capacidade produtiva e autorregulatória do

agroecossistema, ou seja, ter um sistema sustentável que contenha diversidade, um solo biologicamente ativo, um controle natural das pragas, com reciclagem de nutrientes e com cobertura para evitar perdas dos recursos edáficos (ALTIERI, 2012).

Assim podemos identificar a agroecologia como uma ciência do campo da complexidade, integradora servindo como orientação teórica e prática para se ter um desenvolvimento na agricultura mais sustentável. Nesse sentido, a agroecologia não se encaixa dentro das tecnologias dos pacotes tecnológicos do sistema convencional, pois a mesma busca tecnologias heterogêneas com adequação e respeito à cultura dos camponeses rurais. Quanto mais se busca os princípios agroecológicos torna-se mais evidente que é impossível alcançar a sustentabilidade usando tecnologias degradantes do ambiente, a agroecologia busca tecnologias que sejam referenciais à sustentabilidade considerada em suas múltiplas dimensões (CAPORAL, PAULUS, COSTABEBER, 2009). De tal modo (SILIPRANDI, 2015, pag. 82) nos dá uma linha geral da agroecologia:

Em linhas gerais, a agroecologia pretende apoiar a transição dos atuais modelos de agricultura e de desenvolvimento rural, considerados insustentáveis, para outros, sustentáveis. A sustentabilidade é definida, de forma ampla, como a capacidade de esses processos perdurarem no tempo, conciliando a atividade agrícola e a manutenção das características ecológicas do ambiente, e proporcionando meios de vida dignos para as pessoas envolvidas. Distingue-se, no entanto, de uma mera substituição tecnológica ou de insumos, porque questiona não só os métodos de cultivo ou de criação animal, mas também os objetivos finais da produção moderna, assim como as formas de organização social, econômica e política que a originaram e a sustentam.

A agricultura convencional não cria uma relação harmoniosa entre a Terra e os seres humanos, porém para nós, os camponeses, obtemos tudo o que precisamos da terra. Por outro lado, temos a agroecologia: onde a propriedade e a posse da terra pode ser individuais ou coletivas, mas sempre tendo em conta as decisões participativas e locais sobre o que, como e quando produzir alimentos. Agroecologia é uma forma de melhorar as relações entre mulheres, homens, jovens e idosos. Agroecologia deve ser uma aliança entre a cidade e o campo, e deve fazer parte dos movimentos sociais por mudanças estruturais contra o racismo e para eliminar a violência contra as mulheres (STROZAK, 2015).

A agroecologia ao buscar que os agroecossistemas sejam sustentáveis, também valoriza o trabalho da mulher, pois, ambas (mulheres e agroecologia) trabalha com a diversidade.

2.3 AGROECOLOGIA E A AS MULHERES

Ao longo da história as mulheres sempre vêm lutando contra um sistema de opressão e exploração a que foram submetidas. Opressão é expressa em diversas formas e lugares, tanto na cidade como no campo, mas também se expressa no ambiente familiar e no mercado de trabalho. É esta a opressão que torna diferente os papéis femininos e masculinos e que veio construindo a desigualdade de gênero. Por muito tempo as mulheres tiveram seus direitos negados. A situação de desigualdade de gênero foi se naturalizando. Mas o gênero é construído socialmente, inicia o processo de construção antes do nascimento e se dá continuidade durante a vida. Ele está ligado aos padrões feminino e masculino, mas é produto de uma construção sócio- histórica e não de um produto biológico. “As desigualdades de gênero não podem ser explicada pelo fator biológico, mas sim pela formação histórica que se expressa pelas relações de poder existente como a cultura, a ideologia, a religião e pela base econômica” (COSTA et al, 2016, pag. 92).

As feministas passaram a usar a palavra gênero com mais seriedade como uma maneira de se referir a organização social e a relação entre sexos. O termo gênero era proposta por aquelas que defendiam a pesquisa sobre as mulheres transformariam fundamentalmente os paradigmas das disciplinas, pois colocar a mulher na história implica na redefinição do que é realmente importante. Na literatura “gênero” como substituto das “mulheres” é usado para definir que se tem a respeito do homem é a mesma para a mulher, que o mundo das mulheres faz parte do mundo dos homens, este estudo não aceita a interpretação em esferas separadas. O gênero é utilizado para designar as relações sociais entre os sexos. O uso do gênero se refere ao domínio sendo este estruturais quanto ideológico que implica na dominação de um sexo sobre o outro (SCOTT, 1989).

Diferenças entre homens e mulheres existem, sejam elas naturais ou culturais. Em diversas culturas, as mulheres, devido à função reprodutiva que cumprem para a espécie humana, estiveram ao longo da história culturalmente associadas ao espaço privado, no qual se encontra o âmbito doméstico, de reprodução da vida. A desigualdade, entretanto, ocorre a partir do momento em que os trabalhos são hierarquizados, ou seja, em que o trabalho reprodutivo é menos valorado do que o trabalho produtivo (MARONHAS; SCHOTTZ; CARDOZO, 2014).

Pode se perceber que o ambiente doméstico é o primeiro lugar onde ocorre esta diferenciação das tarefas do homem e da mulher. Assim os outros espaços apenas reforçam tornando natural esta distinção. O homem é colocado como o macho protetor e o chefe da família, já a mulher é alguém meiga, recatada, que tem capacidade para os afazeres do lar, será responsável pelo cuidado das crianças da roça, dentre outros, mas mesmo que isso tenha

importância fundamental, não é visto como trabalho. O núcleo familiar, ou seja, “o lar nosso de cada dia” mostra as relações estabelecidas pelo capitalismo. Portanto, as relações que se tem nas famílias é a relação de opressão que o capitalismo exerce sobre as pessoas a partir de comportamentos anti- indígena, anticamponês, antiético e patriarcal (COSTA et al, 2016).

As mulheres sempre tiveram grande importância na agricultura, sendo que estudos revelam que foram elas as que iniciaram a técnica de plantar as sementes assim dando origem a agricultura. Isto se deu pela observação da natureza onde perceberam que as sementes nasciam por onde eles (as) passavam. Hoje a produção diversificada para o autoconsumo é desenvolvida pelas mulheres e esta atividade se dá em quintais, hortas e roçados próximos a casa. “[...] dados revelam que o trabalho de lidar com a horta é tarefa 90,8% das mulheres, de cuidar de animais de pequeno porte envolve o trabalho de 87,9% das mulheres[...]” (COLLET; CIMA, 2015, P. 37).

Observa-se que no campo há uma desvalorização do trabalho feminino, sendo que este não é reconhecido como um trabalho produtivo. A invisibilidade do trabalho reprodutivo realizado pelas mulheres tem mais consequências além do não reconhecimento da renda gerada neste âmbito. Associada à hierarquização do trabalho produtivo sobre o reprodutivo, não ocorre uma divisão igualitária do trabalho doméstico e de cuidados (MARONHAS; SCHOTTZ; CARDOZO, 2014)

Com o desenvolvimento do agronegócio ele não atinge as mulheres e homens de forma homogênea, pois as mulheres estão muito mais sujeitas a situações de pobreza por causa da desigualdade de gênero que se tem no campo, sendo que as mesmas são vistas como inferiores aos homens e não possuem as mesmas oportunidades que eles (MULLER et al. 2016).

Com a implantação do agronegócio e sua ramificação, sendo estas a adoção de monoculturas e da especialização, a relação da desvalorização do trabalho da mulher se torna mais visível. Pois neste processo se tem um cultivo principal como responsável da renda da família, sendo que os demais cultivos que não vão ser destinados ao mercado convencional não são vistos como geradores de renda, cultivos de subsistência tais como a horta, pequenas criações, pomares, normalmente são realizados pelas mulheres (TRÉS, 2016).

Com a entrada da agricultura conservadora e conseqüentemente da monocultura, os policultivos passam a ser assumidos pelas mulheres, pois além das mesma ter gosto em trabalhar de forma diversificada a agricultura, elas também se preocupam em melhorar a qualidade e quantidade de alimentos disponíveis, evidenciando isto principalmente em casos que a renda do cultivo principal não era suficiente para as necessidades da família (RAMOS,

2017). [...] “A identificação do papel da mulher na produção de alimentos e nos cuidados com a família no meio rural ainda é considerado simbólico, caracterizado como trabalho complementar ou como ajuda” [...] (MULLER et al. 2016, p. 57). Neste sentido Trés (2016, p.77) destaca que

A criação de pequenos animais, o plantio de frutíferas e a reprodução social da família, tem valor social menor se comparadas às tarefas masculinas. Mesmo sendo atividades essenciais para o autoconsumo familiar e para o abastecimento do comércio local, as tarefas das mulheres são entendidas como trabalho leves ou como um não trabalho. Essa posição ou separação se expande nas diversas tarefas realizadas por elas no meio rural.

Pode se notar que o mercado capitalista tem um papel fundamental na reprodução da desigualdade de gênero, pois o mesmo valoriza e incentiva a produção em escala também a concorrência à especialização e a monocultura (TRÉS, 2016).

Além da desvalorização do trabalho da mulher no campo, outra desigualdade entre homens e mulheres no campo é o acesso à terra, desta forma CONTAG (2003) apud COLLET e CIMA (2015, p.41), afirma que

Dos títulos distribuídos pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – Incra, 87% estão em nome dos homens. Do público beneficiado pelos projetos Cédula da Terra e Crédito Fundiário, apenas 7% da documentação saiu em nome das mulheres e 93% em nome dos homens. Dos títulos das propriedades familiares consolidadas, 92% estão em nome dos homens.

Uma das desigualdade que encontramos é a limitação de uma DAP por unidade familiar, e, na maioria dos casos, o homem é o primeiro titular que efetiva a gestão e aplicação dos recursos, limitando a mulher apenas a contribuir no trabalho reprodutivo familiar (MULLER et al. 2016).

Notamos que a desigualdade de gênero para a posse da terra é real, a cultura do patriarcado que nos define que a terra prevalece aos homens, ainda precisa ser superada, pois o acesso à terra é um elemento fundamental para o empoderamento da mulher (COLLET; CIMA, 2015).

Segundo Herrera (2013) a FAO discute que a principal problemática desse trabalho refere-se à diferença de oportunidade da mulher em relação ao homem no que diz respeito ao acesso à terra, à tecnologia, à produção e comercialização agrícola. Segundo este relatório, se as mulheres tivessem as mesmas oportunidades que os homens em termos produtivos, a fome no mundo poderia ser reduzida entre 12% a 17%. Além disso, o relatório coloca em destaque a seguinte hipótese: se as mulheres tivessem as mesmas oportunidades que os homens no meio rural, o trabalho realizado por elas resultaria em um importante crescimento econômico,

principalmente em países em desenvolvimento, onde se encontra a maior força de trabalho rural feminina.

Toda a luta realizada pelas mulheres lhes proporcionou uma outra visão do mundo, e como elas sempre tiveram ligada aos cultivos de alimentação para a família seu envolvimento se dá com a agroecologia (VAROTTO,20018).

Outro trabalho realizado principalmente pelas mulheres é o trabalho com plantas medicinais, pois o cuidado era uma tarefa feminina, desta forma o conhecimento das plantas medicinais estava guardado pelas mulheres (COSTA; FERNANDES, 2015).

As mulheres também realizam um importante trabalho que é o de embelezamento ao redor de suas casas que costumam chamar de jardim, sendo este um trabalho que é também pouco reconhecido, e neste lugar se encontra umas infinidades de plantas ornamentais aromáticas e medicinais (COLLET; CIMA, 2015).

Um dos papéis fundamentais das mulheres é na manutenção da conservação de muitas espécies e variedades que são utilizadas para o consumo familiar, em detrimento dos homens que são responsáveis pelas grandes culturas (NERLING et al., 2015).

O acúmulo dessas reflexões forja práticas de resistência e enfrentamento ao sistema capitalista. As mulheres denunciam a destruição da biodiversidade e, ao mesmo tempo, apresentam a fazer a produção diversificada e saudável. Os quintais produtivos espaço que está a horta, horto medicinal, pomar, jardins, a estrutura da família para produção e reprodução de animais de pequeno porte são principalmente lugar onde as mulheres têm autonomia e decisão. Normalmente é terreno pequeno agregado uma diversidade de plantas e animais, representando parte importante do autoconsumo e da renda do grupo familiar. Além das mulheres terem o quintal produtivo, são elas também que fazem a separação do que é necessário para o autoconsumo onde fazem a partilha dos alimentos com a família e a troca com vizinhos. Este também é um espaço de enfrentamento aos venenos, transgênicos, monocultivos ao domínio da padronização da alimentação (COLLET; CIMA, 2015).

Tanto as mulheres como a agroecologia questionam as relações estabelecidas pelo patriarcado e pelo capitalismo, pois os dois trazem relações de poder, exploração, dominação dos seres humanos e dos bens naturais, portanto são relações desiguais que refletem práticas pautadas no individualismo, no consumismo, na degradação ambiental e na destruição de valores culturais. As mulheres e a agroecologia se contrapõem a esse modelo de sociedade, sendo que ambos trazem a mudança e buscam a construção de novas relações baseadas no cuidado com o próximo e com a natureza, valores que se baseiam na cooperação e na

solidariedade. Esta construção se busca com uma transição para outro modelo de vida (CINELLI; SANTOS, 2015).

Enquanto houver desigualdade de gênero no campo o objetivo da agroecologia não poderá ser alcançado, pois o desenvolvimento só poderá ser sustentável quando homens e mulheres participarem das decisões da mesma forma (RAMOS, 2017).

Na transição para a agroecologia ela tem que ser vivenciada pelos agricultores e agricultoras, para efetivamente se ter uma mudança no seu modo de se relacionar com a natureza e com as pessoas, assim valorizando uma atitude que geralmente é atribuída às mulheres. Neste âmbito se cria questionamentos sobre as relações autoritárias e como na transição exige a participação de todos, pelo conjunto de atividades que se tem, isso quebra o monopólio gerencial do homem (SILIPRANDI, 2015).

Pode dizer que os princípios de autonomia e solidariedade está presente nas mulheres e na agroecologia. A autonomia está presente quando se decide onde, quando e como produzir, assim como as mulheres decidem sobre seu corpo. A solidariedade está presente com a prática de cooperação no trabalho como em mutirões, trocas de sementes e de saberes de plantas e alimentos. Esta também está presente nas mulheres na luta pelos direitos e pela libertação. Na agroecologia, as atividades produtivas das mulheres como horta, pomar, cuidado com animais, trabalho doméstico, cuidado com as pessoas, produção e preparo dos alimentos, cultivos e uso de plantas medicinais, produção, recuperação e melhoramento de sementes crioulas, conservação da biodiversidade animal e vegetal, é reconhecida e valorizada, além de ser um trabalho de fundamental importância para a garantia da sustentabilidade. Enquanto que no capitalismo estas atividades não são reconhecidas e nem valorizadas (CINELLI; SANTOS, 2015).

2.4 HISTÓRICO DO ASSENTAMENTO NOVO PARAÍSO-PR

A história do assentamento Novo Paraiso foi baseada no trabalho de Korchak; Guterres (2007, p. 114 – 155), pois o mesmo traz em seus escritos a história mais completa, descrevendo desde a ocupação.

A ocupação do latifúndio conhecido como fazenda Cunha aconteceu em uma manhã fria, e chuvosa do dia 19 de agosto de 1989. A maioria das famílias era oriunda da fazenda Três Pinheiros, atualmente assentamento José Dias, cidade de Inácio Martins (PR) tendo um total de 23 famílias. Mas aproximadamente dez dias depois vieram 11 famílias do assentamento Cavaco II, do município de Cantagalo (PR).

Quando chegaram ao local residiam ali apenas cinco famílias que trabalhavam na fazenda a qual era toda arrendada.

Com uma ajuda de uma técnica do MST, após três dias terem chegado à área, foi feita uma grande assembleia e montado o acampamento, dentro disso feito as equipes que iriam ajudar na organização do acampamento. As equipes eram da saúde, liturgia, lavoura, horta, lazer, ciranda e alimentação. Como no acampamento ainda não se podia produzir, as famílias trabalhavam de boia fria para não passar fome, mas também tinham ajuda da igreja e sindicato que faziam arrecadação de alimentos em outros assentamento e comunidades.

Desde o início, a ideia era de construir um assentamento que se trabalhasse em coletivo e que servisse de experiência e de modelo para o MST. A ideia persistia com certo avanço, pois as famílias que vinham do cavaco já viviam uma experiência coletiva.

Em 1990 um grupo de 18 famílias se afastou da agrovila existente no acampamento, instalando-se em outra área da fazenda para trabalhar de forma individualmente, isso devido aos baixos resultados da safra e pela rigidez das normas estabelecidas. Em 1992 quando começaram as negociações para legalização da área é defendida a ideia de a área ser totalmente coletiva, sendo este um acordo proposto pelo MST e o governo de Paraná que na época era representada pelo Instituto Ambiental do Paraná (IAP). Esta definição surgiu a partir da avaliação das condições da área, onde o solo estava desgastado ficando com baixo potencial produtivo devido à exploração do até então proprietário. Com esta definição se formou três grupos sendo:

O grupo maior que permaneceu desde o início no acampamento em coletivo, e formou a cooperativa passando a se chamar de Cooperativa de Produção e Serviço de Pitanga Ltda (COOPROSERP).

O segundo grupo decidiu que se integraria ao trabalho coletivo, mas separado da COOPROSERP, com isso a solução encontrada foi de fazer uma divisão no assentamento, tendo assim dois grupos coletivos e em 1992 começou a fundar-se a Associação dos Trabalhadores Organizados na Agricultura (ASTROAGRI).

O terceiro grupo foi o das pessoas que queriam o individual, mas como a decisão era que a área fosse toda trabalhada coletivamente, em 1993 a solução encontrada foi de realizar um mapeamento de famílias em outros assentamentos, que tivessem interesse em viver em coletivo para assim vir morar na cooperativa, havendo assim uma troca de lotes. Foi neste momento que vieram do Assentamento de Nova Cantú onze famílias as quais oito saíram do coletivo no mesmo ano.

Neste período o uso da terra no Assentamento Novo Paraíso passou a ser totalmente coletivo sendo dividida para a ASTROAGRI a quantidade de área proporcional a 11 famílias e para a COOPROSERP a parte pertencente a 31 famílias.

Com a legalização da área foi se conseguindo muitas conquistas como a instalação de luz elétrica, as compras de equipamentos elétricos, a construção da escola de 1º a 4º série e muitos outros. Ainda neste mesmo período, ou seja, em 1993, o INCRA e o IAP, órgão representante do governo pelo assentamento, realizam o Projeto de Desenvolvimento Agropecuário, juntamente com a contribuição de um técnico agrícola associado à Cooperativa. Aos poucos foi se implantando este projeto a partir de 1994, onde se elaborou um diagnóstico do assentamento e definiram as linhas produtivas a serem implantadas ou melhoradas, no nível de estrutura física e viabilidade de adsorção e comercialização da produção do assentamento, além da implementação de pequenas unidades de agroindústria. Uma das linhas foi à ampliação das áreas de plantios de soja, milho, erva mate, além de introduzir outras atividades, como fruticultura, piscicultura, apicultura, e aumento das atividades de bovinocultura leiteira e suinocultura.

2.4.1 Cooperativas

A legalização da Cooperativa de produção e serviço (COOPROSERP) inicia a partir de 1992, com a liberação de alguns recursos como investimentos através de projetos. Um dos primeiros elaborado e assinado pela igreja católica local, que seria um empréstimo para a compra de nove vacas leiteiras, com a finalidade de obter o leite como fonte de alimento para o consumo e geração de renda.

Neste mesmo período, apesar das dificuldades, a discussão sobre a cooperativa vinha avançando e tomando forma, como a organização do sistema de moradia em agrovila (mesmo sendo em barracos de lona), a construção do refeitório comunitário e uma ciranda infantil, onde poderiam desenvolver trabalhos pedagógicos com os Sem Terrinhas, tanto para a cooperação, quanto para a luta ideológica, além de poder propiciar a participação das mulheres nas atividades da cooperativa. Com isso, a Cooperativa de Produção Agrícola aos poucos criava suas próprias formas de se organizar internamente, como a divisão dos setores de trabalho sendo eles a lavoura, pecuária, serviços, lazer, entre outros. A jornada de trabalho diária foi organizada em 08 horas.

Cada atividade se realizava conforme a disponibilidade de mão-de-obra na cooperativa, níveis de necessidade em cada setor de trabalho, além dos recursos financeiros. A estrutura organizativa da cooperativa passa então ser organizada basicamente nos setores,

sendo que este era núcleos de trabalho e discussão, instância para planejamento, avaliação e assuntos gerais, que após debatido nos setores eram apreciados e aprovados em regime de votação na assembleia geral, que os associados realizavam quinzenalmente.

O trabalho passa ser organizado dessa maneira, começa também a ganhar mais visibilidade, resgatando um pouco mais a confiança dos assentados em relação à cooperativa e sem dúvida também a confiança dos agricultores vizinhos e do comércio local. Segundo este mesmo autor, ainda no ano de 1996 saíram das cooperativas sete famílias, as quais aos poucos foram tentando recolocar outras para que pudessem substituir os sócios que deixaram o coletivo, como se pode observar vivia uma constante rotatividade de pessoas. Neste mesmo período, muitas atividades acabaram sendo abandonadas, como o plantio e conservação das áreas de erva-mate, apicultura, horta e outras. Aos poucos percebemos a necessidade destas atividades foi se trabalhando para retoma-las, concretizando conforme a disponibilidade de mão-de-obra na cooperativa.

Neste mesmo contexto histórico, ressalta-se que muitas pessoas já se passaram pela cooperativa, em muitos casos, alguns nem chegam a completar o seu tempo de experiência antes de ser associado, ou seja, a cada novo pretendente de associar-se a cooperativa, elaborava-se uma ata de associação provisória, a qual valeria num período de um ano aonde o novo sócio iria se inserir nas atividades do coletivo. Após o vencimento desse prazo, acontecia a votação entre os associados, tomando a devida definição se o mesmo continuaria ou não como associado da cooperativa.

Com o passar dos anos devido a rotação de famílias que chegavam na cooperativa, muitos já não passaram mais a defender os interesses coletivos, sendo que após muitas reuniões, em uma assembleia no ano de 2010 junto aos dirigentes do MST se consolidou então o fim da cooperativa.

A ASTROSGRI tinha sua organicidade muito parecida com a da COOPROSERP. Em 1994 constitui-se legalmente a Associação dos Trabalhadores Organizados na Agricultura (ASTROAGRI), uma associação de 11 famílias, que na maioria vieram do município de Inácio Martins (PR) com as famílias da COOPROSERP, mas não se identificaram com o processo cooperativista. No início da ASTROAGRI foi organizado em poucos setores assim, formando o setor agrícola e setor animal, e neste processo inicial foi se construindo estruturas para melhorias das condições de vida e trabalho dos associados.

Nesse processo de consolidação da associação foi criada uma organicidade aumentando os setores, sendo estes, ciranda infantil, subsistência, animal, agrícola, e foram formadas equipes de lazer, secretaria e a parte legal da diretoria. As reuniões eram feitas todos

os sábados nos setores e quinzenal eram feitas assembleia geral. O lucro da produção mensal e anual era distribuído pelas horas trabalhadas.

No período da associação tiveram-se muitas vitórias, mas com o tempo as pessoas começaram a não ter mais como objetivo a construção e a manutenção de um processo coletivo e passaram a defender os interesses individuais das famílias. Segundo alguns integrantes da antiga ASTROAGRI, as principais questões que levaram a extinção da associação estavam ligadas à falta de planejamento das atividades produtivas, organizativas e econômicas tendo como consequência o destino inadequado de investimentos em estruturas que não tiveram retorno econômico. Outro fator foi a falta de cuidado com os bens coletivos, assim em 2005 em uma assembleia geral foi destituída a associação ASTROAGRI, onde as familiares começaram a trabalharem em lotes individuais.

Com o fim das cooperativas o ASTROAGRI em 2005 e COOPROSERP em 2010, as famílias foram para suas unidades de produção individuais. Desta forma passando por muitas dificuldades, como de não ter energia elétrica e nem estradas. Após alguns anos de dificuldade, em 2012 todas as famílias receberam energia elétrica em suas moradias.

Em 2017 houve uma reestruturação do assentamento em sua forma organizativa política, formando então os núcleos a coordenação e equipes. Houve também a organização de suas estruturas como a de divisão de terras igualmente para todos, e fazendo com que as estradas internas percorressem por todas as propriedades.

Com o término das cooperativas um dos grandes problemas do assentamento é o arrendamento de terras e junto com ele os agrotóxicos, que devido a estes, traz a invisibilidade da produção para o autoconsumo trabalho este mais desenvolvido pelas mulheres.

3 MATERIAL E MÉTODOS

Nesta seção, se descreve a contextualização do local de pesquisa, a metodologia da pesquisa, os participantes da pesquisa e a análise de dados, esclarecendo os métodos que foram utilizados para desenvolver a metodologia.

3.1 CONTEXTUALIZAÇÕES DO LOCAL DA PESQUISA

Este trabalho foi desenvolvido no Assentamento Novo Paraiso, localizado no município de Boa Ventura de São Roque, Paraná, sul do Brasil.

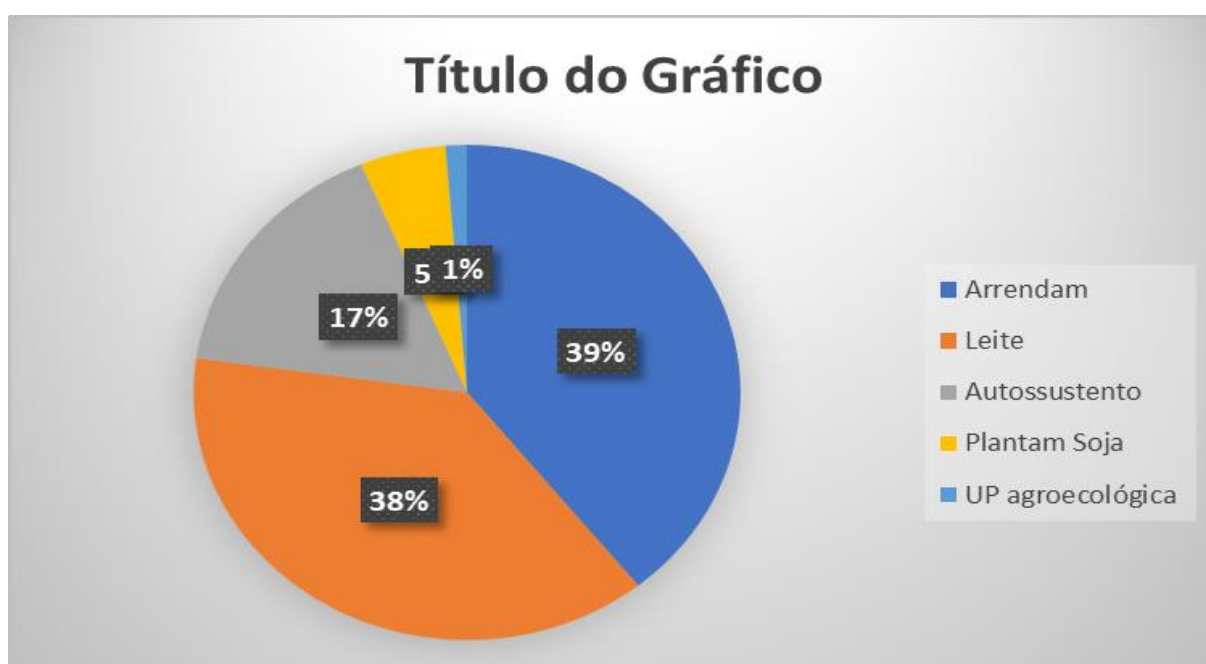
Atualmente o assentamento possui tem 36 famílias ocupando uma área de 600 ha totalizando 14 ha por família. Em sua estrutura organizativa o assentamento se divide em quatro núcleos de base, nestes núcleos as famílias se reúnem para debater assuntos referentes ao assentamento e ao movimento (MST). Dentro desta estrutura também se inclui as equipes de finanças, juventude, lazer e mulheres, todas estas equipes são formadas por determinados membros dos núcleos de base.

Ao contabilizar as famílias do assentamento estima-se que das 36, cinco não arrendam suas terras, porem quatro destas famílias plantam soja, pois tem maquinários para desenvolver a atividade. O segundo sistema produtivo mais desenvolvido no assentamento para a aquisição de renda é a produção de leite, nesta atividade das 36 famílias seis famílias não a

desenvolvem. No assentamento também tem a produção de alimentos para o autoconsumo² que 13 famílias desenvolvem este sistema.

Damos destaque à família que tem sua unidade de produção (UP) certificada orgânica, cuja produção é voltada para venda de leite e erva, onde a erva é entregue na cooperativa de reforma agrária e erva mate (COPERMATE), cooperativa esta que fica em uma cidade vizinha, e pertence a organização do MST. As informações sobre as atividades de produção desenvolvida no assentamento estão representadas no gráfico a abaixo.

Figura 1 – Sistemas de Produção agropecuária das Famílias do Assentamento Novo Paraíso, PR, no segundo semestre de 2017 (UFFS, 2018)



Fonte: Elaborado pela autora, 2018.

O trabalho aborda uma análise do sistema convencional da agricultura que está instalado no assentamento na forma de arrendamento de terras para o cultivo de soja. Ele também dá ênfase à sustentabilidade das famílias, visando identificar os alimentos, e origem destes, que as famílias consomem. Deste modo criamos uma categoria para definir qual seria as famílias produziriam alimentos para seu autoconsumo. A categoria se estabelece por:

- a) Uma família que produz alimentos para o autoconsumo deve ter uma horta, animais de pequeno porte para a alimentação e produzir no mínimo cinco culturas

²Uma família que tem autoconsumo significa que ela produz alimentos diversificados oriundos da unidade de produção e depende pouco de comprar alimentos do mercado.

diferentes para sua alimentação como, por exemplo, arroz, feijão, mandioca, batata-doce, abóbora entre outros.

Ao identificar o local de estudo também foi elaborado uma metodologia para a realização da pesquisa.

3.2 METODOLOGIA DA PESQUISA

O presente estudo de caso abrangeu abordagem qualitativa relacionada à agroecologia, e aos problemas do arrendamento de terras e abordagem quantitativa quando relaciona a produção de alimentos das famílias e o trabalho exercido pelas mulheres.

O estudo de caso foi a abordagem escolhida pois este se caracteriza por ser:

[...] o estudo de caso como estratégia de pesquisa compreende um método que abrange tudo - com a lógica de planejamento incorporando abordagens específicas à coleta de dados e à análise de dados. Nesse sentido, o estudo de caso não é nem uma tática para a coleta de dados nem meramente uma característica do planejamento em si, mas uma estratégia de pesquisa abrangente (YIN, 2001, P. 32).

Com base nos objetivos este estudo de caso está classificado como pesquisa exploratória e descritiva.

Segundo Gil (2007) apud Silveira; Cordóva (2009, p. 35) a pesquisa exploratória torna mais familiarizado ao problema a fim de confirmar a hipótese. Nesta pesquisa se tem presente: levantamento bibliográfico; entrevistas com pessoas que tiveram experiências práticas com o problema pesquisado; e análise de exemplos que estimulem a compreensão.

Mas ela também é descritiva, pois é pesquisada uma série de informações sobre o assunto que está sendo pesquisado para determinar alguns fatores da realidade. Sendo que ambas se complementam para alcançar os objetivos do trabalho.

Para a realização desta pesquisa foram realizadas entrevistas semiestruturadas e entrevistas em grupo.

Na entrevista semiestruturada de acordo com Ramos e Santos (2009, p.65) “O pesquisador organiza um conjunto de questões (roteiro) sobre o tema que está sendo estudado, mas permite, e às vezes até incentiva, que o entrevistado fale livremente sobre assuntos que vão surgindo como desdobramentos do tema principal”. Nesta entrevista foi baseado em três temas centrais: a) percepção da família sobre arrendamento de terras e a agroecologia; b) pesquisa sobre os sistemas de produção; c) pesquisar sobre a alimentação das famílias (autoconsumo), estes temas podemos observar no apêndice A.

Já a entrevista em grupo segundo Ramos e Santos (2009, p.65) é onde “pequenos grupos de entrevistados respondem simultaneamente às questões, de maneira informal. As respostas são organizadas posteriormente pelo entrevistador, numa avaliação global”. Nesta entrevista em grupos foi direcionada para a percepção dos coordenadores e coordenadoras de como está organizado o assentamento como mostra o apêndice B.

3.3 PARTICIPANTES DA PESQUISA

A pesquisa teve uma abordagem norteadora no trabalho exercido pelas mulheres no assentamento.

A escolha por fazer uma entrevista com a coordenação se deu por ser amostra mais heterogênea possível do assentamento, sendo que cada coordenador e coordenadora fazem parte de um Núcleo de Base (NB), desta forma cada um fica em territórios distintos, assim tendo uma amostra diversificada.

O convite às famílias participantes da pesquisa foi realizado pessoalmente, onde foi apresentado o trabalho.

Para fazer a escolha das famílias que iriam participar das entrevistas sobre a análise dos sistemas produtivos e da alimentação das famílias, foram criadas categorias como:

- a) Família que tem acima de dois filhos que produz alimento para o autoconsumo e famílias que não produzem para o autoconsumo;
- 1) (b) Família com até dois filhos e que produz alimento para o autoconsumo e famílias que não produzem para o autoconsumo;
- 2) (c) Família que não tem filhos e que produz para o autoconsumo e famílias que não produzem para o autoconsumo;

Desta forma se diminui a abrangência das famílias que fazem parte da pesquisa. Após ter criado a categoria, foi feito uma análise das famílias que se encaixariam em aqueles assentados que não produzem para seu autoconsumo, assim foi realizado um sorteio para retirar as quatro famílias que iriam fazer parte da pesquisa.

Para descrever o trabalho das mulheres optou por fazer a pesquisa com as famílias das mulheres que participam do grupo de mulheres do assentamento e produzem para o autoconsumo. Realizou se uma conversa com as coordenadoras do grupo das mulheres a quais indicaram as famílias. Ao entrevistar a primeira família a mesma me indicou outra família que se encaixasse na categoria citada acima e que participasse do encontro de mulheres e assim

sucessivamente até concluir a pesquisa com todas as famílias do grupo de mulheres. Este método se chama bola de neve.

A amostragem em bola de neve utiliza-se dessas ligações entre os membros da população para conseguir, partindo de alguns indivíduos membros da população, obter uma amostra dela. O método funciona a partir da indicação por parte de algum indivíduo da população de outros que também fazem parte, e assim sucessivamente, caracterizando-se num formato semelhante ao de uma bola de neve que vai acumulando os flocos de neve ao rolar e se tornando cada vez maior (DEWES, 2013 p.5).

No âmbito de identificar as formas de organização do grupo de mulheres dentro do assentamento foi realizada uma entrevista com as coordenadoras do grupo, e sistematizado um dos encontros das mulheres. A seguir, o quadro apresenta uma identificação das famílias entrevistadas:

Quadro 1 – Composição das famílias³ entrevistadas no Assentamento Novo Paraíso, PR (UFFS, 2018)

Família	Crianças	Jovens	Adultos	Categoria
Família 1	1	1	2	B
Família 2		1	2	B
Família 3			2	C
Família 4	1	3	2	A
Família 5	1	2	2	A
Família 6	1		2	B
Família 7	3		2	A
Família 8 *		1	1	B
Família 9*			1	C

Fonte: elaborada pela autora, 2018.

A família 8 e 9 apresenta um quadro com um adulto sendo que nos dois casos é o homem.

Após pensar a metodologia, começou a coleta de dados para obter os resultados da a pesquisa.

3. 4 COLETA DE DADOS

As entrevistas foram estruturadas conforme os objetivos específicos do trabalho. Antes da aplicação do questionário é fornecido ao integrante da pesquisa um termo de

³ A faixa etária utilizada para a sistematização dessa tabela é: Crianças 0 13 anos, jovens 14 – 29 anos, adultos 30 – 59 anos.

Consentimento Livre (TCL), sendo que ao assinarem eles aceitam estar fazendo parte desta pesquisa.

A pesquisa foi realizada no período de janeiro a fevereiro de 2018. A entrevista em grupo durou em média 1h, já a entrevista semiestruturada durou em torno de 30 min, para minimizar os riscos da perda de informação todas as entrevistas foram gravadas com o consentimento das pessoas. A maioria das entrevistas aconteceu na casa das famílias, com exceção da entrevista em grupo que ocorreu em local específico onde se realizam reuniões no assentamento.

Foi realizado visitas nas casas das famílias para observar sua alimentação, as anotações foram feitas em um caderno, quando realizado as visitas. O quadro 1 a seguir mostra a forma realizada para responde os objetivos específicos:

Quadro 1- Organização metodológica do estudo de caso no Assentamento Novo Paraíso, PR (UFFS, 2018)

Objetivos específicos	Entrevistas feitas	Como responder	Participantes
Estudar os problemas decorrentes do arrendamento de terras e conseqüentemente o uso de agrotóxicos no assentamento;	Entrevista semiestruturada; Entrevista em grupo	Questionário aberto; Análise;	Coordenação do assentamento e famílias
Estudar as atividades produtivas que contribuem para a construção da agroecologia	Entrevista semiestruturada	Questionário abertos; Análise;	Famílias
Pesquisar sobre a alimentação das famílias, diversidade e origem dos alimentos, visando demonstrar a importância da	Entrevista semiestruturada;	Questionário aberto; Análise;	Coordenadoras do grupo de mulheres; Famílias que fazem parte do grupo de

produção de alimentos para o autoconsumo.			mulheres do assentamento; Famílias do assentamento;
Sistematizar um encontro do grupo de mulheres do assentamento, e identificar o protagonismo das mesmas para a realização agroecológica;	Entrevista semiestruturada;	Questionário aberto; Análise	Famílias que fazem parte do grupo de mulheres do assentamento; Famílias do assentamento;

Fonte: Adaptado de Cavallet, 2015

Durante a realização das entrevistas foi entregue as famílias um questionário o qual elas deveriam anotar um dia por semana durante quatro semanas toda a alimentação que consumisse, durante estes dias também foi feito um acompanhamento a algumas famílias para observação do dia a dia, para complementar a pesquisa.

Com os dados já em mãos, se procurou elaborar uma análise dos mesmos.

3.5 ANALISE DOS DADOS

Os dados obtidos foram transcritos das gravações para as planilhas do questionário, o mesmo ocorreu com os questionários entregues às famílias, as respostas das questões foram organizadas em um único documento conforme cada categoria.

Na transcrição das gravações das citações para as planilhas foi ajustado para o português escrito.

A análise foi realizada a partir da interpretação dos resultados das pesquisas, o qual a partir da sistematização das perguntas abertas permitiu a realização de figuras e tabelas, que o mesmo representa a sistematização dos resultados.

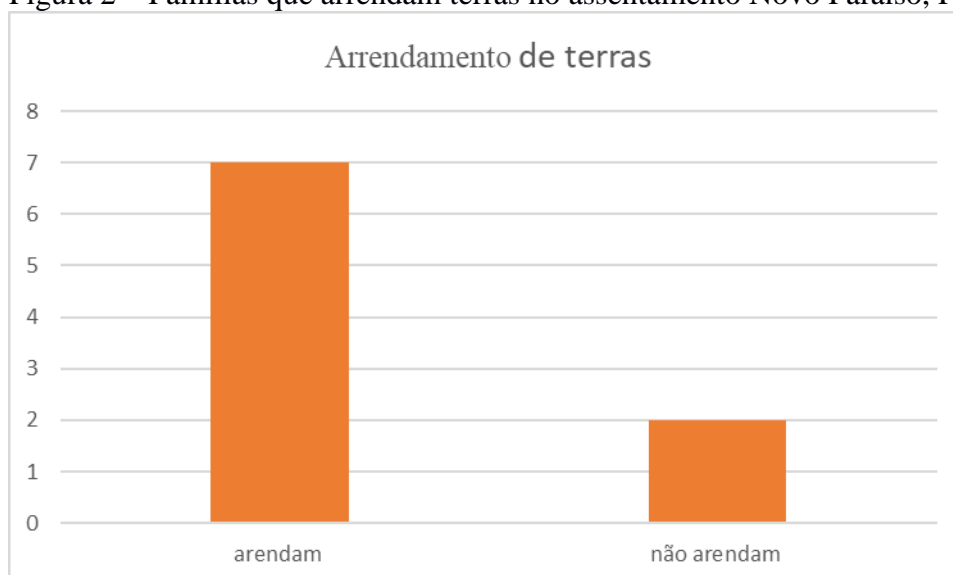
4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Este capítulo está fundado em discutir os resultados embasando em fundamentos teóricos a análise dos dados obtidos através das entrevistas.

4.1 ANÁLISE DO SISTEMA CONVENCIONAL DE AGRICULTURA E DO ARRENDAMENTO DE TERRAS NO ASSENTAMENTO

Com a pesquisa foi possível ter uma amostragem de como está instalado o arrendamento de terras no assentamento, a figura 1 apresenta a quantidade das famílias entrevistadas que arrendam terras.

Figura 2 – Famílias que arrendam terras no assentamento Novo Paraíso, PR (UFFS, 2018)



Fonte: elaborada pela autora, 2018

Identifica-se então que das nove famílias entrevistadas, sete arrendam suas terras. No assentamento a prática do arrendamento acontece em quase todas as propriedades. Com esta prática se encontra a introdução do sistema convencional da agricultura dentro do assentamento, pois os arrendatários utilizam as terras para realizar o plantio de soja. A maioria dos arrendatários residem ao redor do assentamento, porém, alguns assentados que tem máquinas agrícolas também arrendam terras dentro do assentamento, pois, estes necessitam arrendar terra, sendo que o maquinário que eles tem não se viabilizam em 14ha de terras. A foto a seguir mostra uma cena comum no assentamento que é ver um trator, que na maioria das vezes é do arrendatário, passando agrotóxico nas lavouras de soja:

Foto 1 – Imagem comum no assentamento arrendatário passando veneno nas lavouras de soja



Fonte: autora

Segundo Chelotti; Pessoa, (2006) no Brasil com a lei de terras 1850, a terra se torna propriedade privada, tornando monopólio de poucos proprietários. Com a exploração econômica da propriedade privada começa a se gerar a renda da terra que é conhecida como renda territorial ou renda fundiária. Neste sistema capitalista a terra tem um preço, sendo que quando o proprietário compra um território também recebe o direito de cobrar da sociedade a renda que pode retirar dela, ou seja, a renda capitalista da terra. Desta forma o arrendamento da terra acaba por ser uma forma de obter a renda fundiária da terra, onde os capitalistas que não possuem terras aplicam capital para colocar elas para funcionar.

Com a pesquisa procurou se entender quais são as principais causas para a difusão do arrendamento de terras. A abordagem para entender quais seriam as principais causas, se deu por meio de constatações estabelecidas pela pesquisa.

Com o fim das cooperativas as famílias foram para suas UP, com o pouco de coisas que haviam adquirido na cooperativa. As aquisições da cooperativa foram dividido conforme as cotaparte que cada família adquiria, porém neste contexto vale ressaltar que as famílias que tinham cotaparte nos coletivos eram as mais antigas sendo a minoria, desta forma a maioria dos associados/as saíram apenas com uma vaca dos coletivo. Nos lotes individuais inicialmente as famílias passaram a morar em barracos de lona, que isso durou em torno de um ano até construírem minimamente uma casa, neste tempo também não se tinha luz e nem estradas nas UP. Uma das maiores dificuldades enfrentadas foi a falta de estrutura, como podemos observar no depoimento da família 5: “Nós chegamos no lote, nós não tínhamos nada”.

Portanto os assentados foram em busca de renda para se manter. Todas as famílias saíram das cooperativas com uma vaca, e foram em busca de conseguir mais, pois, como no assentamento já havia uma certa organicidade na produção de leite, existindo a Cooperativa de Produção e Comercialização da Reforma Agrária (COAPRA) fazia a coleta de leite das cooperativas, usando caminhão tanque. A alternativa encontrada pelas famílias foi a continuação da produção, assim se torna visível a dependência dos assentados em relação a pecuária leiteira, sendo esta geradora de renda e a base para aquisição de produtos alimentícios e infraestrutura da UP.

Porem para a produção de leite as famílias enfrentaram varias dificuldades, pois como na UP não se tinha luz, para fazer o armazenamento do leite em resfriadores os assentados transportavam o mesmo até as agrovilas, o meio de transporte mais comum era cavalo e carroça, pois eram o meio mais econômico, depois começou a se fazer uso das motos, porem com muita dificuldade pois ainda não se tinha estradas. Por mais de três anos a vida dos assentados permaneceu com todas estas dificuldades.

Desprovidos de qualquer apoio institucionais e com todas estas dificuldades principalmente econômicas, os assentados se deparam com a realidade de se viver em um lote individual. Em busca de renda para manter a família e investir em sua propriedade, o arrendamento de terras passam a ser uma alternativa para a aquisição de renda no assentamento, assim parcelas da propriedade ou propriedade inteiras passam a ser arrendadas em busca de uma condição de vida melhor.

Através da pesquisa se identificou que o pagamento da renda fundiária ao assentado, é feito de várias maneiras, como o pagamento em saco de soja, ou é pago uma quantia de dinheiro fixa estabelecida antes do arrendo, ao final da colheita e até mesmo antes da colheita. O pagamento também acontece em horas máquinas que os arrendatários prestam aos assentados ou então uma porcentagem da produção obtida da área arrendada.

Neste sentido muito dos assentados afirma que o arrendamento é uma forma de renda anual para investir em suas propriedades, também que os mesmos dependem de máquinas agrícolas para realizar várias atividades dentro do lote como o exemplo, plantio do milho (para silagem e para alimento dos animais) e pastagem, por tanto fazem uma troca, os assentados arrendam para que as maquinas façam as atividades maiores em suas UP . Para demonstrar esta questão cita-se o depoimento da família 4: “Arrendamos. Pois é uma renda a mais para investir no lote. Nós dependemos para plantar o milho. Aí é uma troca nós arrendamos e ele planta o milho”.

Percebemos na pesquisa que o agronegócio está instalado no assentamento por meio do arrendamento de terra, desta forma o agricultor perde o vínculo com a terra, pois o mesmo não precisa mais plantar, cuidar e colher, pois isto é algo que é feito por terceiros. O agricultor se acomoda com a situação não conseguindo mais enxergar perspectiva para sair deste modelo. Como vemos no relato da família 8: “Nós arrendamos porque é único jeito de plantar. Se nós não arrendamos, vira mato”.

Desta forma concordamos com Strozake (2015) quando afirma que o agronegócio é uma agricultura sem agricultores. Investidores do agronegócio vem a terra como uma máquina que produz lucro e é para ser usada até se esgotar. Sua decisão não leva em conta a opinião das pessoas que vivem nela. Não cria uma relação harmoniosa entre a terra e os seres humanos.

As consequências da agricultura se tornam visível no assentamento, concordamos assim com Jahn e Conte (2015) que quanto mais os agricultores utilizam os agrotóxicos mais ervas daninhas aparecem, como também outro problema que quando os agrotóxico eliminam as pragas junto também mata os predadores, desta formas as pragas se desenvolvem mais rápido. Sendo explicito isso dentro do modelo de agricultura no assentamento, o qual é mais perceptível pelas mulheres que debatem sobre o assunto.

A pesquisa também aborda a preocupação que se tem com o arrendamento dentro da organização do MST. Pois esta prática traz com ela a permanência do agronegócio dentro do assentamento, caracterizado através da cultura da soja, enfraquecendo a organização do MST. Foi através da história do MST que se demonstra que a aquisição de terras é no intuito de que ela cumpra sua função social, de produção de alimentos saudáveis se contrapondo a lógica do agronegócio.

Segundo MST (2018) uma das nossas principais contribuições para a sociedade brasileira é cumprir com nosso compromisso em produzir alimentos saudáveis para o povo brasileiro. Fruto da organização de cooperativas, associações e agroindústrias nos assentamentos, procuramos desenvolver a cooperação agrícola como um ato concreto de ajuda mútua que fortaleça a solidariedade e potencialize as condições de produção das famílias assentadas, e que também melhorem a renda e as condições do trabalho no campo.

Assim também os agricultores mostram sua preocupação, quando perguntamos se o arrendamento traz consequências para o assentamento conforme relato da família 8:

“Sim. Principalmente a perda de autonomia. E a autonomia é essencial na agricultura. O arrendamento é algo externo ao camponês. Ele não se identifica. Perde o vínculo de cuidar de sua produção, do plantar, colher. O camponês se acomoda e não precisa pensar nada diferente”.

Jahn e Conte (2015) nos coloca que o modelo da agricultura foi implementado para pequenos e grandes produtores que para isso os pequenos agricultores foram deixando suas culturas de fazer a agricultura. Notamos isso no assentamento onde os assentados têm este modelo da agricultura implementado em suas UP, através do arrendamento de terras, e os mesmos perderam a cultura de produzir alimentos.

A produção de alimentos saudáveis é um debate que está sendo aprofundado dentro dos assentamentos, percebemos que mesmo as famílias arrendando suas terras, elas já têm um olhar voltado para parar de arrendar, a mesma tem grande preocupação com o arrendamento de terras, em sua maioria está preocupação cabe as mulheres, pois elas conseguem identificar os problemas que esta prática traz para o assentamento. Conforme vemos o relato da matriarca da família 2:

“O arrendamento de terra traz várias consequências. Pois com isso as pessoas não criam iniciativa de trabalhar na terra. Não planta, não tem vaca depende do dinheiro fácil. Isso leva a venda dos lotes. Que ainda conseguimos garantir que não vendam. Não me preocupo em plantar se o dinheiro vem fácil, termina a iniciativa das pessoas de trabalhar na terra. Para muitos não, pois pega o dinheiro do arrendo e investem em sua propriedade, mas a maioria não faz isso”.

Na visão principalmente das agricultoras do assentamento um dos grandes problemas que o arrendamento traz é a utilização de agrotóxico, como mostra o relato da família 2:

“Os venenos (agrotóxicos). É problema. Diretamente prejudica a saúde. Envenena o alimento e conseqüentemente a saúde, pois a saúde vem da alimentação. Este lugar facilita a entrada de veneno (agrotóxico). Se fosse um lugar dobrado que não entrasse máquina as vezes diminuiria o veneno(agrotóxico). Prejudicam os animais as criações, morrem por comer uma planta que antes nunca existia, mas não dizem que são pelo veneno. Muitas criações morreram por comer soja na roça do vizinho. Não se respira um ar puro”.

As mulheres são as que mais tem a preocupação com o arrendamento de terras, pois quando indagadas trazem a preocupação com a saúde das famílias e a contaminação dos alimentos, sendo que os alimentos que é para o autoconsumo é produzido sem o uso de agrotóxico, desta forma a preocupação em produzi-los longe dos mesmos.

Mediante aos problemas trazidos pelo arrendamento de terras, os assentados também tem planejamento para que nos próximos anos possam suprir o arrendamento, este planejamento para parar de arrendar parte principalmente das mulheres as quais trazem a preocupação salientando que não queriam o arrendamento em sua UP conforme vemos o relato da matriarca da família: “[...]Jeu nunca quis que arrendasse, quando ele falo que iria arrendar, eu falei que não queria, mas nos estava numa condição que não tinha nem pra compra comida, ai então ele arrendou e já pegou dinheiro adiantado, mas agora nos vai parar

de arrendar”. Muitas das famílias já apresentaram suas perspectivas para parar de arrendar e já tem seu planejamento em busca de alternativas de produção.

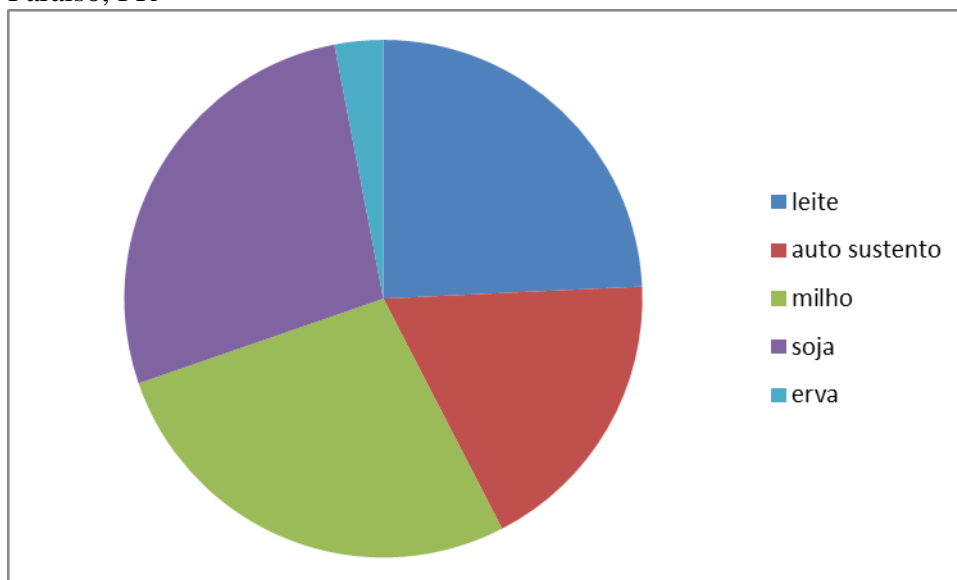
Como no assentamento a uma organização com a produção leiteira a maioria das famílias pretende investir em pastagem permanente e aumentar o plantel de vacas leiteiras, outras também citaram a aquisição de plantio de erva mate, outras pretendem aumentar a produção de hortaliças, para poder exportar para fora do lote, desta forma as famílias vão criando suas expectativas para superar o arrendamento de terras.

Mesmo observando que o arrendamento de terras, é um dos sistemas mais desenvolvidos, observamos outras atividades de produção agrícola no assentamento, analisando também qual traz mais contribuição para a agroecologia.

4.2 ESTUDO DOS SISTEMAS DE PRODUÇÃO DA AGRICULTURA VISANDO AS ATIVIDADES PRODUTIVAS QUE MAIS CONTRIBUI PARA A AGROECOLOGIA

Com as entrevistas foi possível observar cinco atividades produtivas nas UP como mostra a Figura 3, as atividades de produção encontrados foram alimentos para autoconsumo, soja, milho, erva e leite.

Figura 3 – Principais atividades produtivas das famílias entrevistadas no assentamento Novo Paraíso, PR



Fonte: elaborado pela autora, 2018.

O gráfico é perceptível quais é a produção mais desenvolvido no assentamento sendo estes o de milho, pecuária leiteira e soja, o qual está inserido no assentamento através do arrendamento de terras, porém o autoconsumo também está bem desenvolvido, ou seja, são estes os sistemas que as famílias mais se encontra nas UP.

O quadro 2 abaixo mostra a quantidade de horas que as famílias utilizam em cada atividade também identificando que produção desenvolvem em suas UP:

Quadro 2 - Caracterização das famílias assentadas entrevistadas no Assentamento Novo Paraíso, PR

Entrevistado	Área	Tempo gasto na atividade do leite em horas/ano	Tempo gasto na atividade do autoconsumo em horas/ano	Tempo gasto em outras atividades em horas/ano	Renda	Arrendam (Soja, milho)	Alternativa para sair do arrendamento
Família 1	14há	1.460	816		Leite Arrendo	Sim	Aumentar o leite e plantar erva
Família 2	14há	1.460	704	Erva=210	Leite Erva	Não	
Família 3	14há	1.460	798		Leite Arrendo	Sim	Leite e gado de corte
Família 4	14há	1.460	1.904		Leite Arrendo	Sim	Aumentar o leite e pastagem
Família 5	14há	1.460	1.779		Leite Arrendo	Sim	Aumentar os porcos plantar mais milho e aumentar o leite
Família 6	14 há			Soja convencional=360	Grãos	Não	
Família 7	14 há	1.460			Arrendo Leite	Sim	A família mesmo plantar soja
Família 8	14 há	1.460			Arrendo Leite	Sim	Aumentar pastagem e leite
Família 9	14 há				Arrendo Leite	Sim	Leite

Fonte: Elaborada pela autora, 2018

Observando os dados acima e partindo do pressuposto que o total de áreas das propriedades são exatamente iguais, a diferença encontrada é na forma do uso da terra. Logo observamos que em uma única propriedade a família desenvolve várias atividades de produção.

Se identifica que 77% das famílias arrendam seus lotes para o plantio da cultura da soja, concretizando-se assim que esta atividade não utiliza horas de trabalho da família, ou seja, é uma atividade feita por terceiros, onde a família (dona da unidade de produção) não interage com o meio de produção. Ao verificar isto também se observa que a mesma porcentagem de famílias tem a cultura do milho em sua UP, pois ao arrendarem o arrendatário já efetua o plantio do milho e família não se envolvem nesta atividade.

Logo identificamos que 77 % das famílias trabalham com a produção do leite, esta atividade exige muitas horas de trabalho da família, em média elas relatam trabalhar 4 horas por dia na atividade.

Nas atividades chaves do autoconsumo que estas são a horta, a criação de animais de pequenos porte e o cultivo de no mínimo cinco culturas anuais. Desta forma através da pesquisa identificamos que 55% das famílias entrevistadas trabalham com autoconsumo. Durante a pesquisa também se observa que a horta e os pequenos animais são uma atividade diária, ou seja, cada família relata trabalhar 1 hora por dia na atividade da horta. Já, animais de pequeno porte encontramos duas famílias (4 e 5), que possuíam porcos e assim declaram dedicar 4 horas por dia para alimentá-los. Senão, a maioria das famílias relatou gastar em torno de 1 hora.

Ressaltamos que 66% das famílias tem sua renda provinda do leite e do arrendamento. Porém, as três famílias, a 2, a 6 e a 9 tem renda diferenciada.

As famílias 6,7,8 e 9 não produzem alimento para o autoconsumo, as mesmas relatam possuir alguns sistemas de produção que ajudam, como horta e pequenos animais, porem elas não se encaixam na categoria.

Destacamos as propriedades das famílias 2 e 6 pois as mesmas não arrendam suas UP, desenvolvem outras atividades, se diferenciando na forma de produção. A família 2 ganha destaque por ser uma família que tem sua unidade de produção certificada orgânica, e tem como renda anual a erva mate. Já a família 6 tem sua renda anual da atividade convencional de grãos, sendo uma família que possuem maquinas agrícolas própria e arrenda terra de outros assentados, temos no assentamento além dos fazendeiros dois assentados que também arrendam terras dentro do assentamento.

Das famílias entrevistadas, 66% indicaram o leite como uma alternativa para sair do arrendamento. Mas também destacaram outras atividades como aumento do cultivo do milho orgânico, produção de gado de corte, aumento de pequenos animais como criação de porcos, e a produção de erva mate.

Dentro destes sistemas apontamos o autoconsumo como o sistema de produção que mais contribui para a construção agroecologia, sendo está, uma pratica agroecológica. Pois o mesmo é diversificado, não se utilizando insumos externos da UP, não faz uso de agrotóxico, utiliza recursos renováveis outra grande vantagem é que os alimentos produzidos para o autoconsumo são saudáveis e ajudam na soberania alimentar da família.

A foto abaixo mostra como é realizado os cultivos de alimentos para o autoconsumo, sendo que em uma pequena área se encontra uma diversidade de alimentos saudáveis (não se usa agrotóxico) e que garantem a soberania alimentar da família, notando que estes cultivos são realizados normalmente perto da reserva legal, para garantir que as arvores protejam as culturas dos agrotóxico que são utilizado na lavoura de soja :

Foto 1- produção consociada de alimentos para o auto sustento, identificando a diversidade da família 1, no momento da colheita do arroz



Fonte: Álbum autora, 2018

Buscando aperfeiçoar os conhecimentos procuramos entender qual contribuição que traz o autoconsumo para as famílias. Durante a pesquisa se construiu duas categorias de famílias assentadas, sendo uma categoria das famílias que produzem para o autoconsumo (Quadro 4) e as famílias que não produzem para o autoconsumo (Quadro 3) para assim observar a alimentação das mesmas, conforme mostra os quadros abaixo:

Quadro 3 - Famílias entrevistadas no Assentamento Novo Paraíso, PR, que não produzem para o autoconsumo

	Alimentos no Café da manhã	%	Alimentos no Almoço	%	Alimentos na janta	%	Produção própria	Adquirido
Família 6	Café leite Pão Doce de leite Manteiga Farofa de ovo Virado de feijão	100% 50% 75% 50% 25% 25% 25%	Feijão Arroz Carne Tomate Couve	100% 100% 100% 50% 50%	Feijão Arroz Carne Omelete Batatinha Torresmo	100% 100% 25% 50% 25% 25%	Ovo Carne Torresmo	Café Leite Farinha de trigo Açúcar Biju Feijão Batatinha Arroz
Família 7	Café Pão Feijão Doce Ovos	100% 75% 25% 25% 75%	Arroz Feijão Carne Batatinha Macarrão	100% 100% 75% 25% 25%	Feijão Arroz Carne Torresmo Virado	75% 75% 50% 25% 25%	Carne Ovos torresmo	Café Pão Doce Arroz Feijão Batatinha Macarrão
Família 8	Café Leite Pão Virado	100% 100% 100% 25%	Arroz Feijão Carne Batatinha Macarrão Tomate Polenta	100% 100% 100% 25% 50% 25% 25%	Feijão Arroz Carne Torresmo Virado	75% 75% 50% 25% 25%	Carne Leite	Café Açúcar Sal Farinha de trigo biju Arroz Feijão Batatinha Macarrão Tomate Polenta
Família 9	Café Pão Feijão Margarina	100% 75% 25% 25% 75%	Arroz Feijão Carne Macarrão	100% 100% 100% 25%	Feijão Arroz Carne Virado	75% 75% 100% 25%	Feijão Carne	Café Farinha de biju Margarina Arroz Macarrão

%* = Percentagem de citação nas 4 datas avaliadas. Fonte: elaborado pela autora, 2018;

Quadro 4 - Famílias entrevistadas no Assentamento Novo Paraíso, PR, que produzem para autoconsumo

	Alimentos no Café da manhã	%	Alimentos no Almoço	%	Alimentos na janta	%	Produção própria	Adquirido
Família 1	Café Leite Doce abobora Nata Pão	100% 100% 75% 50% 100%	Feijão Arroz Carne Macarrão Mandioca Bata doce couve alface almeirão repolho beterraba	100% 100% 75% 25% 25% 25% 25% 25% 50% 25% 25%	Feijão Arroz Carne Ovo Mandioca Tomate Virado Bolo	50% 50% 50% 50% 25% 25% 25% 25%	Leite Doce abobora Nata Pão Feijão Arroz Carne Mandioca Bata doce couve alface almeirão repolho beterraba ovo tomate	Macarrão Açúcar Farinha de trigo Biju Sal
Família 2	Café Leite Doce abobora Queijo	100% 100% 50% 50%	Feijão Arroz Carne Macarrão Mandioca Moranga Tomate Inhame Chuchu Abobora	100% 100% 75% 50% 75% 25% 50% 25% 25% 25%	Feijão Arroz Carne Ovo Mandioca Tomate	75% 75% 25% 25% 25% 25%	Leite Doce abobora Doce de abobora Queijo Feijão Arroz Carne Macarrão Mandioca Moranga Tomate Inhame Chuchu ovo Abobora	Café Açúcar Farinha de trigo Biju Arroz Sal
Família 3	Café Leite Pão Feijão Doce Bolinho Iogurte Ovos	100% 100% 50% 25% 25% 25% 100% 50%	Arroz Feijão Mandioca Carne Tomate Quiabo Batata doce Repolho Beterraba Rúcula Abobrinha Farofa de ovo Brócolis	100% 100% 50% 100% 25% 50% 25% 50% 25% 25% 25% 25% 25%	Feijão Arroz Carne galinha Abobrinha Virado Couve Mandioca Repolho Ovo	75% 75% 50% 25% 25% 25% 25% 25% 25% 25%	Café Leite Pão Feijão Doce Bolinho Iogurte Ovos Arroz Feijão Mandioca Carne Tomate Quiabo Batata doce Repolho Beterraba Rúcula Abobrinha Farofa de	Café Farinha de trigo Biju Sal Açúcar

							ovo Brócolis Couve	
Família 4	Café Leite Pão Feijão Doce Bolinho Mel Ovos	100% 100% 75% 25% 25% 25% 50% 25%	Arroz Feijão Mandioca Carne Tomate Macarrão Batatinha Alface Repolho	100% 100% 25% 100% 75% 50% 25% 25% 75%	Feijão Arroz Carne Abobora Couve Ovo Torresmo Virado Iogurte Bolacha caseira	100% 100% 25% 25% 25% 75% 25% 50% 25% 25%	Pão Doce Bolinho Mel Ovos Arroz Feijão Mandioca Carne Tomate Batatinha Alface Repolho	Trigo Biju Sal Macarrão Açúcar
Família 5	Café Leite Pão Feijão Doce Bolinho Iogurte Ovos	100% 100% 50% 25% 25% 50% 25% 25%	Arroz Feijão Mandioca Carne galinha Quiabo Batata doce Repolho Beterraba Pepino Alface Couve Omelete cenoura melancia banana	100% 100% 25% 75% 25% 25% 25% 50% 25% 50% 25% 25% 25% 25% 50% 50%	Feijão Arroz Carne galinha Virado Ovo Panqueca Bolo Café	25% 25% 50% 25% 25% 25% 25% 25% 50%	Leite Pão Feijão Doce Bolinho Iogurte Ovos Arroz Feijão Mandioca Carne galinha Quiabo Batata doce Repolho Beterraba Pepino Alface Couve Ovo cenoura melancia banana	Café Farinha de trigo Biju Açúcar Sal

%* = Percentagem de citação nas 4 datas avaliadas. Fonte: Elaborada pela autora, 2018.

Na pesquisa pode se observar que junto com a rica alimentação das famílias, elas também usam temperos como cebolinha, salsinha, urucum e açafrão, consumindo em suas refeições sucos de frutas, principalmente suco de limão (limonada).

Nas tabelas podemos identificar que todas as famílias tem a cultura de tomar seu café da manhã com o leite, e também costumam consumir pão ou virado (mistura de feijão com biju e temperos).

No almoço os alimentos mais consumidos como observamos nas tabelas é o feijão, arroz e carne, sendo esta a base da alimentação das famílias. Ainda assim, as mesmas preparam outros tipos de alimentos que deixam mais rica sua alimentação.

Quando observamos a janta vemos variedade, pois em alguns dias as famílias se alimentam com feijão e arroz e outros dias fazem virado ou outros pratos, que depende muito do tempo em que as mulheres têm para preparar a refeição.

Porém, uma das grandes diferenças que observamos nas famílias é a quantidade de alimentos consumidos entre as famílias que produzem para o autoconsumo e as que não produzem. Deste modo, as famílias que produzem alimentos para o autoconsumo consomem e produzem muito mais variedade de alimentos, tendo então uma alimentação saudável e diversificada, sendo que a mesma depende pouco do mercado.

Para observar a variedade de alimentos consumidos se fez uma média da diversidade de alimentos consumidos entre as duas categorias das famílias, observando então que as famílias que produzem para o autoconsumo usam em média 7 espécies no café da manhã, 11 no almoço e 8 no jantar. Já, as famílias que não são do autoconsumo, usam 5 no café da manhã, 5 no almoço e 5 na janta. Desta forma fica evidente a diferença de diversidade de alimentos consumidos pelas famílias, sendo bem explícito no almoço o qual a diferença é de 6 variedades de alimentos consumidos a mais pelas famílias que produzem para o autoconsumo, também se identifica que esta variedade está bastante presente na olericultura, sendo vasto a diversidade neste aspecto.

Observou se então que as famílias que não produzem alimentos para o autoconsumo dependem do mercado para adquirir seus alimentos assim limitando a mesma no consumo de diversidade. Neste contexto concordamos com Grisa (2007) que nos coloca que a produção do autoconsumo é fundamental, pois, empodera a família mantendo sobre ela a dominação dos alimentos e minimizando a exposição aos mercados.

No quadro 4 observamos que as famílias que produzem para o autoconsumo tem uma jornada de trabalho maior, porém, com uma economia em relação ao mercado. Ao contrário das famílias que não produzem para o autoconsumo, e que tem uma jornada de trabalho menor, porém sua dependência do mercado é maior. Assim, concordamos com Costa et al. (2016) quando afirma que o autoconsumo é determinante para as famílias camponesas, pois, além de garantir a segurança alimentar das famílias, contribui para a autonomia camponesa em relação ao mercado.

Quando abordamos as categorias de famílias, observou-se a importância de ter alimentos para consumir oriundos da própria UP. Pois mesmo sabendo que o preço do leite oscila e ele pode baixar, quando isto acontece elas não têm uma preocupação em faltar alimentos, pois as mesmas sabem que este está armazenado dentro da sua casa.

Outra contestação observada é que as famílias que produzem para o autossustento tem uma autonomia para decidir do que vão se alimentar, ao contrário das outras famílias que dependem do preço dos alimentos para adquiri-los. Importante ressaltar que os alimentos produzidos na propriedade são de grande qualidade, os mesmos são produzidos organicamente, como mostra o relato da família 5: “[...] produzimos o que come por que eu sei o que coloco no alimento para ele crescer. Você vai lá no mercado compra e você não sabe o que está comendo. Pega uma verdura pensando que é saudável, mas está puro veneno (agrotóxico)[...]”.

Neste sentido Grisa (2007) afirma que a produção para o autoconsumo é vista como uma estratégia que contribui para a produção autônoma da família, em virtude de manter sobre esta o controle da alimentação, que é uma dimensão vital para a sua existência na agricultura. Quando a família produz para a alimentação, ela garante que este processo não tenha nenhuma intermediação, que torne a alimentação um valor de troca. Garantindo a soberania alimentar consumindo alimentos sadios isento do uso de agrotóxicos.

Uma constatação feita a partir da pesquisa foi a observação da diversidade de alimentos que se encontra nas UP e também a preocupação das famílias em garantir esta variedade, assim concordamos com Nerling et al (2006) quando afirma que toda a complexidade de elementos, sentidos, significados e espécies é que garantem a autonomia produtiva, e a soberania alimentar das famílias.

Portanto, concluímos junto com Nerling et al (2016) que quando se refere aos sistemas de produção observamos o quanto é impressionante a riqueza das espécies e variedades que ainda é conservada pelos camponeses e camponesas.

Ao identificar que o sistema de produção de alimentos para o auto sustento é o que mais contribui para a agroecologia, também identificamos a mulher como protagonista do mesmo.

4.3 O PROTAGONISMO DAS MULHERES PARA CONSTRUÇÃO DA AGROECOLOGIA NO ASSENTAMENTO NOVO PARAISO

A pesquisa realizada se deu com as família das mulheres que participam do grupo de mulheres, para observar a produção de alimentos para o autoconsumo nas UP, considerando que este sistema dentro do assentamento é um estímulo a construção da agroecologia, pois o mesmo é uma prática agroecológica.

Durante as entrevistas com as famílias, a mulher que se encontra nas UP se caracteriza da seguinte forma: “Chapéu na cabeça, marcas no rosto, mãos calejadas, um sorriso marcante

e uma voz alta e receptiva, sempre servindo um mate acompanhado de bolo, cuca ou bolachas. Marcas de uma vida inteira tentando ganhar a vida sobre uma pequena propriedade. Estes são os pontos marcantes ao descrever a forma como vivem essas mulheres (GEORGIM, 2015).

O trabalho da mulher por não gerar renda é invisibilizado. Dentro do assentamento a atividade que mais se destaca e ganha importância da família é o leite, que é desenvolvida pelos homens e seus filhos, por gerar renda, desta forma o trabalho do autossustento é muito pouco mencionada, e muitas famílias não a desenvolvem. Nas famílias que se tem o cultivo desta atividade produtiva é a mulher que o desenvolve, ou então é ela que está à frente da atividade, incentivando a família a desenvolver a produção. Para demonstrar citamos o depoimento da matriarca da família 5 [...] “Aqui se não for eu eles não plantam, eu que puxo pra plantar as coisas”.

De acordo com Herrera (2013) a agricultura de base familiar encontra-se ainda marcada pela divisão sexual do trabalho, que se encontra em suas raízes históricas e traz a diferenciação entre homens e mulheres. Esta divisão traz ao homem reconhecimento do trabalho produtivo e o obscurecimento do trabalho das mulheres.

Neste contexto Pimenta (2018) nos traz que a mulher segue resistindo preservando as sementes, cultivando os quintais, garantido a subsistência da família. O quadro nos torna perceptível quem desenvolve a atividade do autoconsumo no assentamento:

Quadro 5 – Sujeitos do trabalho no autoconsumo nas famílias entrevistadas no Assentamento Novo Paraíso, PR (UFFS, 2018)

	Quem escolhe as culturas?	Quem trabalha na atividade de auto sustento?	Quem é responsável pelo manejo dos pequenos animais?	Quais sementes crioulas tem?
Família 1	Mulher	Mulher, o homem ajuda	Mulher	Feijão, arroz, abobora, amendoim, melancia
Família 2	Mulher	Mulher, homem ajuda	Mulher	Feijão, arroz, abobora, amendoim, pipoca, moranga.
Família 3	Mulher	Mulher, o homem ajuda	Mulher	Abobora, feijão, arroz, amendoim, pipoca.
Família 4	Mulher	Mulher	Mulher	pipoca, feijão, arroz, amendoim.

Família 5	Mulher	Mulher, o homem ajuda	Mulher	Abobora, feijão, arroz, amendoim, pipoca.
-----------	--------	-----------------------	--------	---

Fonte: Elaborada pela autora, 2018

Podemos identificar que a atividade do autoconsumo, segundo a pesquisa 20% é desenvolvida apenas pelas mulheres, sendo que 80% tem a ajuda do seu companheiro. É importante salientar que a “ajuda” é citada como uma participação do homem na hora de fazer o manejo da limpeza e colheita principalmente das culturas do arroz e do feijão, sendo que as outras culturas as famílias relatam que fica a cargo da mulher todo o manejo.

A partir desses dados, podemos observar que das famílias entrevistadas, 100% destas quem escolhe as culturas que irão ser plantadas é as mulheres. Quando pergunta as famílias quem escolhe as culturas para o plantio se tem várias respostas conformes observadas a título de ilustração a resposta da família 1: “Eu. Quem irá escolher é eu que planto” e da família 5 “Aí é com ela. Ela decide o que vai plantar, pois é ela que cozinha”.

Quanto aos animais de pequeno porte se evidencia que quem realiza o manejo 100% é as mulheres, sendo que as famílias 4 e 5 relatam ser uma atividade que exige bastante tempo, pois as mesmas têm muitos animais.

Segundo Ramos (2017) na perspectiva agroecológica, as atividades realizadas pelas mulheres em hortas, cuidado com animais de pequeno porte, plantio e colheita de culturas anuais têm grande valor, pois as mesmas mantem a preservação de conhecimentos ancestrais, e mantem as técnicas tradicionais do cultivo de espécies variadas e sementes crioulas que estes foram abandonados pelos homens.

Todas as famílias que produzem alimentos para o autoconsumo também tem sementes crioulas. E durante o trabalho de campo desta pesquisa, observou-se o armazenamento da mesma se dá muito mais pelas mulheres, pois os homens se responsabilizam pelo armazenamento das grandes culturas como o milho. Já às mulheres cabe a tarefa do armazenamento das sementes para o autossustento, sendo que se observa o grande conhecimento que elas têm na armazenagem de cada cultura.

Concordamos com Nerling et al (2016) quando debate que cada variedade é cultivada conforme uma tradição, um costume, uma crença que cada família tem. As mulheres são as grandes responsáveis por conduzir este trabalho, são elas que decidem o que a família irá comer no almoço, por exemplo as miudezas que iram cultivar, o que garante a diversidade na alimentação da família. Também concordamos quando afirma que as mulheres tem um grande papel fundamental no resgate de sementes, pois carregam consigo muitas informações empíricas, desde a melhor época de plantio, de colheita e de armazenamento das sementes.

São esses conhecimentos que permitiram que as sementes fossem conservadas por muitas e muitas gerações e que não fossem perdidas com a introdução das variedades da agricultura industrial.

Concordamos com Collet, Cima (2015) quando nos mostra que a FAO reconhece o trabalho das mulheres na produção de alimentos e identifica alguns problemas que precisam ser melhorados, como a área de terras que em todo o país é menor para as mulheres que a área dos homens, além disso são áreas com menor potencial produtivo e de difícil acesso. Outra dificuldade para as mulheres é que não tem assistência técnica nem capacitação para acesso a crédito, mantendo assim o trabalho da produção diversificado invisibilizado e desvalorizado da mesma forma que o trabalho doméstico. A sociedade capitalista traz com ela a cultura patriarcal e tem grande dificuldade de reconhecer a contribuição das mulheres. Esta invisibilidade ocorre no trabalho doméstico que não consta para o reconhecimento dos direitos. Da mesma forma ocorre no trabalho na agricultura, sendo este a produção de autossustento, em que geralmente sobra para as mulheres pouca terra de menor qualidade e de difícil acesso e, como na cultura patriarcal as máquinas fazem parte do cotidiano dos homens, o uso de instrumento de trabalho que exige muito esforço físico fica a cargo das mulheres utilizarem. Estes problemas que nos traz as autoras são visíveis dentro do assentamento.

A tabela abaixo, mostra como o trabalho realizado pelas mulheres de produção para o autoconsumo é importante, para a autonomia econômica das famílias que produzem para o autoconsumo:

Tabela 6 – preço dos alimentos produzidos para o autoconsumo⁴

Famílias	Alimentos	quantidade	Preço R\$
Família 1	Leite	15 litros	2,50 litro
	Doce abobora	1,500 g	8,00 pote de 500 g
	Nata	2 kg	12,00 pote de 500g
	Pão	30 pães	5,00 por pão
	Feijão	15 kg	6,00 kg
	Arroz	15 kg	6,00 kg
	Carne de gado	10 kg	16,00 kg
	Mandioca	6 kg	4,00 kg
	Bata doce	5 kg	2,57 kg
	couve	4 kg	3,90 kg
	alface	4 kg	3,88 kg
	almeirão	3 kg	5,57 kg
	repolho	5 kg	2,24 kg
	beterraba	5 kg	8,00 kg
	Ovo	4 dúzia	8,00 cada dúzia
	Tomate	5 kg	4,20 kg

⁴ Os preços elencados na tabela foram baseados na tabela da COCRAF (cooperativa de produção e comercialização da Reforma Agrária e Agricultura familiar) no anexo C, o preço da carne se baseou pelo valor de venda no assentamento.

Família 2	Bolo	4 bolo	25,00 forma média
	Leite	10 litros	2,50 litro
	Doce abobora	3 kg	8,00 pote de 500 g
	Pão	15	5,00 cada pão
	Queijo	6 kg	24,00 kg
	Feijão	12 kg	6,00 kg
	Arroz	15 kg	6,00 kg
	Carne gado	15 kg	16,00 kg
	Macarrão	5 kg	5,00 kg
	Mandioca	6 kg	4,65 kg
	Moranga	6 kg	5,99 kg
	Tomate	5 kg	4,20 kg
	Inhame	4 kg	3,89 kg
	Chuchu	4 kg	2,50 kg
	Ovo	3 dúzia	8,00 dúzia
Família 3	Leite	10 litros	2,50 litros
	Pão	15 pães	5,00 por pão
	Feijão	15kg	6,00 kg
	Doce leite	3kg	12 pote de 500g
	Bolinho	3 kg	3,00 kg
	Iogurte	30 litros	4,00 kg
	Ovos	3 dúzia	8,00 dúzia
	Arroz	10 kg	6,00 kg
	Mandioca	4 kg	4,65 kg
	Carne porco	10 kg	9,00 kg
	Tomate	4 kg	4,20 kg
	Quiabo	4 kg	6,23 kg
	Batata doce	5 kg	2,57 kg
	Repolho	4 kg	2,24 kg
	Beterraba	4 kg	3,32 kg
	Rúcula	2 kg	7,18 kg
	Abobrinha	5 kg	3,08 kg
	Brócolis	2 kg	5,64 kg
	Couve	5 kg	4,97 kg
	Carne de galinha	5 kg	10,00 kg
Família 4	Leite	60 litros	2,50 litro
	Pão	35 pães	5,00 por pão
	Feijão	23 kg	6,00 kg
	Doce abobora	5 kg	8,00 pote de 500 g
	Bolinho	3 kg	3,00 kg
	Mel	5 kg	14,00 kg
	Ovos	5 dúzia	8,00 dúzia
	Arroz	20 kg	6,00kg
	Mandioca	9 kg	4,65 kg
	Carne suíno	30 kg	9,00 kg
	Tomate	8 kg	4,20 kg
	Macarrão	10 kg	5,00 kg
	Batatinha	15 kg	5,00 kg
	Alface	6 kg	5,04 kg
	Repolho	8 kg	2,24 kg
	Abobora	8 kg	5,99 kg
	Couve	6 kg	4,97 kg
	Torresmo	7 kg	5,00 kg
	Iogurte	30 litros	4,00kg
	Bolacha caseira	5 kg	6,00 kg
Família 5	Leite	60 litros	2,50 litro
	Pão	40 pão	5,00 cada
	Doce leite	5 kg	12,00 pote de 500g

Bolinho	6 kg	6,00 o kg
Ovos	6 dúzia	8,00 dúzia
Arroz	24 kg	6,00 kg
Feijão	25 kg	6,00 kg
Mandioca	10 kg	4,65 kg
Carne gado	15kg	16,00 kg
galinha	10 kg	15,00 kg
Quiabo	8 kg	6,23 kg
Batata doce	9 kg	2,57 kg
Repolho	7 kg	2,24 kg
Beterraba	5 kg	3,32 kg
Pepino	10 kg	3,90 kg
Alface	6 kg	5,04 kg
Couve	7 kg	4,97 kg
cenoura	5 kg	2,91 kg
melancia	20 kg	1,00 kg
banana	10 kg	3,00 kg
Bolo	4 kg	25,00 forma média

Fonte: Elaborada pela autora, 2018

Com a tabela acima identificamos e quantificamos a importância do trabalho da mulher, mostrando que o trabalho de produção de alimentos para o autoconsumo familiar tem grande importância na renda da família pois, ao produzir para o autoconsumo as famílias tem uma grande economia, pois, as mesmas se tornam autônomas em relação a dependência do mercado.

Ao observar a família 1 a qual tem quatro componentes na família, pode se dizer que ao produzir quase toda a alimentação em casa se tem uma economia de R\$ 852,38 por mês assim está família produz R\$ 1.0228, 56 em alimentos ao ano. A família 2 que tem três componentes na família tem uma economia de R\$ 829,4 por mês produzindo um total de R\$ 9.952,8 por ano em alimentos. A família 3 que tem apenas dois integrantes, produz em sua UP R\$ 740,3 por mês tendo em alimentos tendo uma economia de R\$ 8.883,6 no ano. A família 4 sendo a família maior com seis integrante produz em alimentos por mês uma quantia de R\$ 1.523,35 tendo uma economia de R\$ 18.280,2 por ano. A família 5 é a segunda maior por possuir cinco pessoas na família produzindo um total de R\$ 1655,63 de alimentos por mês, tendo uma economia de R\$ 19.867,56 ano. Dentro da tabela observamos que quanto maior a família maior a produção de alimentos.

Desta forma mostramos que mesmo que a produção de alimentos para o autoconsumo, não traz uma renda em dinheiro para a família, mas que esta faz parte da renda da mesma, pois, como podemos identificar as famílias te uma economia ao produzir para o autoconsumo ou seja, o que as mulheres produzem para a alimentação não precisam buscar no mercado. Assim esta produção é fundamental para a autonomia da família no campo, sendo uma atividade produtiva e geradora de renda para a família. Entendemos esta atividade geradora de

renda quando constatamos que todos os alimentos produzidos têm valor como observado no quadro 6.

Assim identificamos a importância que tem o trabalho da mulher dentro do assentamento, pois a mesma é responsável pela alimentação da família. Ao afirmarmos isso, também se observou na pesquisa que as mesmas não dão o verdadeiro reconhecimento ao seu trabalho, trabalho este que contamos desde os serviços realizado dentro da casa até a colheita realizada na lavoura. Também se identificou que este é de uma jornada de trabalho muito maior que as dos homens. Cabe as mulheres o fazer dos serviços domésticos (lavar roupa, limpar casa, lavar louça preparar as refeições) e o cuidado com os filhos, as mesmas ainda dedicam seu tempo para plantar, fazer manejo de limpeza, colheita das grandes culturas, a horta e pequenos animais é uma tarefa que é desenvolvida pelas mulheres.

Essas constatações concordam com Muller (2016) quando afirma que no campo é possível perceber que há desvalorização do trabalho feminino, inclusive entre as próprias mulheres, que não reconhecem em seu trabalho uma atividade produtiva.

Identificamos assim que o autoconsumo é desenvolvido na maioria das vezes pelas mulheres, ou seja, são elas que realmente dão a devida importância a este sistema de produção. Neste sentido, concordamos com Luthy et al (2015) quando afirmam que as atividades das mulheres nas propriedades, elas são responsáveis pelos afazeres do lar, cuidado com os filhos, plantio, colheita, e alimentação dos animais.

Através da pesquisa pode-se observar que há uma hegemonia do modelo do agronegócio no assentamento, e que este foi inserido através do arrendamento de terras. Este modelo se opõe ao modo de produção das mulheres camponesas. De tal modo afirmamos junto com Cinelli, Santos (2016) que a mulher e a agroecologia contrapõem a esse modelo de sociedade, pois, as duas propõem mudança e construções de novas relações sociais, se colocando contra a hegemonia do capitalismo.

Através da pesquisa se observou que as mulheres têm o protagonismo na construção da agroecologia, pois são elas que procuram adquirir conhecimento sobre a mesma e por que são elas que fazem a produção diversificada nas UP. O grupo de mulheres existente no assentamento foi uma necessidade que surgiu das mulheres, pois as mesmas são contra o modelo de produção vigente no assentamento, assim buscando conhecimento sobre um novo modo de produção a agroecologia. Pimenta (2018) descreve que as experiências agroecológicas que foi mapeada nascem pela iniciativa das mulheres e são as mesmas que as desenvolvem sendo com a família ou individual, estas experiências são realizadas

principalmente pelas mulheres que tem a participação do homem, mas o expressivo protagonismo é das mulheres

O grupo de mulheres no assentamento Novo Paraiso iniciou no ano de 2016, com iniciativa de ter um grupo para promover estudos referentes a emancipação da mulher através da agroecologia. As mulheres que participam do encontro em sua maioria são do assentamento, porem algumas residem na cidade e vem participar dos encontros. A foto a seguir mostra um encontro realizado pelo grupo de mulheres, onde o tema em que elas abrangiam era o conceito de agroecologia:

Foto 3 - |Encontro das mulheres com o debate sobre o conceito de agroecologia



Fonte: Álbum autora, 2017.

A seguir são mostradas as opiniões de muitas participantes do grupo de mulheres quando o debate era com o tema de agroecologia. Estes relatos foram adquiridos em um dos encontros das mulheres o qual foi sistematizado.

Relato de uma agricultora do grupo em relação a agricultura [...] “Antigamente nós plantávamos de tudo. E não tinha tudo estas pragas que tem hoje. Estas pragas quem trouxe foi o veneno. Antigamente a gente só limpava uma vez a lavoura, hoje o mato toma conta de tudo” [...] e assim elas relembram a agricultura que cultivavam sem agrotóxicos como mostra o relato de outra agricultora participante do grupo [...] “nos antigamente tinha de tudo plantado em casa. O arroz era uma fartura, nos vendia saco e sacos de arroz. Hoje o povo não planta mais todos vão buscar no mercado” [...].

Desta forma as mulheres relatam sua indignação contra o modelo de agricultura que está instalado e cada vez mais elas procuram estudar e conhecer técnicas agroecológicas.

Apesar da invisibilidade do trabalho da mulher podemos afirmar que a alimentação diversificada das famílias se deve ao trabalho que elas desenvolvem.

Desta forma também apresentamos a mulher como sendo ela que tem todas as características para protagonizar a agroecologia no assentamento, pois a mesma desenvolve práticas agroecológica sendo estas a produção de alimentos diversificado para o autoconsumo, que faz com que as famílias saiam da dependência do mercado, ou seja, que sejam autônomas em sua alimentação. Também é a mesma que mais se preocupa com a utilização de agrotóxico, assim evitando o uso em seus cultivos. Segundo Pimenta (2018) mesmo que o termo agroecologia seja recente, muitas práticas agroecológicas já vêm se desenvolvendo a muito anos, pelos saberes tradicionais que hoje buscamos resgatar. Muito destas práticas foram desenvolvidos pelas mulheres que se tronam frente de resistência frente a este modelo de produção do agronegócio.

Outro fator importante que eleva a capacidade de a mulher ser a protagonista na construção da agroecologia é o cuidado com a preservação das sementes, que garante a autonomia produtiva e a soberania alimentar das famílias.

Assim afirmamos junto com Hadich, Bastiani (2016) que a agroecologia é um projeto em defesa da vida e as mulheres, em sua essência e em sua natureza, são capazes de entender e assimilar isso. O trabalho feminino está concentrado em subsistemas na produção e reprodução da vida. Nestes subsistemas está a biodiversidade e a soberania alimentar que são os pilares da autonomia familiar também sendo de grande importância para se construir a agroecologia.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao estudar os problemas decorrentes do arrendamento de terra e do uso de agrotóxico, observa-se, que na amostragem das famílias pesquisadas, 70% das mesmas arrendam suas terras. Assim, evidencia-se que o arrendamento da terra nos assentamentos, configura-se como prática de obtenção de renda para investir nas UP. Porém o mesmo traz preocupação, pois, conforme observado na pesquisa, muitos agricultores e agricultoras, se acomodam com esta situação e deixam de cultivar em suas terras, ficando explícito no assentamento uma agricultura sem agricultores e agricultoras.

Para a organização do MST e conseqüentemente para o assentamento, o arrendamento é um desafio a ser superado, pois o movimento traz em seus princípios que a função principal

da terra é de produção de alimentos saudáveis. Dentro deste desafio os assentados já têm uma perspectiva em parar de arrendar e investir em outras produções. Ao fazer este estudo considera – se o primeiro objetivo alcançado, pois, foi identificado os problemas que traz o arrendamento de terras e o uso de agrotóxico, sendo este a perda de autonomia dos assentados sobre suas terras, a acomodamento dos mesmos os quais passam a depender apenas desta renda perdendo a iniciativa de trabalhar na agricultura, e outro problema enfatizando pelas mulheres que o agrotóxico prejudica a saúde e contamina os alimentos que se busca produzir sem agrotóxico, que o mesmo chega a ele pelo vento.

O arrendamento e a pecuária leiteira são as atividades geradoras de renda nas famílias dentro da agricultura, sendo desenvolvidas pelos homens e seus filhos. Já as atividades que não geram renda como horta, cuidado com pequenos animais, produção de culturas anuais como feijão, arroz, mandioca, abóbora etc, são desenvolvidas pelas mulheres.

Desta forma observa-se como as atividades agrícolas estão divididas, em relação ao gênero, aos homens cabe o direcionamento do trabalho provedor de renda, as mulheres cabe o trabalho monetário que não gera renda, e que este é considerado muitas vezes como um não trabalho ou como uma “ajuda”, assim a pesquisa vem a esclarecer a importância do papel da mulher no assentamento, pois através da mesma conseguiu se observar que a mulher tem dificuldade de reconhecer seu trabalho no campo.

No assentamento foi identificado 5 atividades produtivas principais sendo a soja, milho, pecuária leiteira e produção de alimentos para o autossustento. Destes se consegue observar que o que mais contribui para a agroecologia é o sistema do autossustento, desenvolvido pelas mulheres, pois, o mesmo é trabalhado de forma diversificada, não usando insumos externos da propriedade. Com este estudo se consegue realizar o segundo objetivo que seria observar o sistema de produção que mais contribui para a construção da agroecologia.

Ao observar a alimentação da família verifica a importância da produção de alimentos para o autossustento, identificando assim a rica alimentação que tem as famílias que produzem para tal fim. Demostro também que estas famílias tem uma independência do mercado, ao contrário das famílias que não produzem alimentos para o autossustento que tem uma grande dependência do mercado para adquirir seus alimentos, concluímos então o terceiro objetivo atingido mostrando, assim a diversidade de alimentos que as famílias consomem e a importância de produzir para o auto sustento.

Desta forma o autossustento e o trabalho das mulheres ganha uma fundamental importância sabendo que elas são responsáveis pela soberania alimentar das famílias.

Ao sistematizar o encontro do grupo de mulheres, consegue se identificar a agonia que elas sentem com o modelo de agricultura convencional instalado no assentamento. De tal modo identifica o objetivo pelo qual elas formaram este grupo, o qual surgiu a partir da necessidade que sentiram de estudar um novo modo de produção, que valorizasse a vida as pessoas e a natureza, sendo este a agroecologia. Assim as mulheres realizam seus encontros nos quais elas estudam e debatem sobre as técnicas agroecológicas e a emancipação da mulher, fazendo assim que o ultimo objetivo seja cumprido que seria sistematizar um encontro do grupo das mulheres e observar qual é protagonismo das mesmas na construção da agroecologia.

Diante do contexto apresentado concluímos que o sistema de autossustento é o mais próximo de ser um sistema agroecológico dentro do assentamento, conseqüentemente afirmamos a mulher como sendo ela que está protagonizando a construção da agroecologia no assentamento. Pois elas além de desenvolver um sistema diversificado o qual garante a soberania alimentar da família elas também buscam saídas do sistema convencional de produção, assim estudando e debatendo a agroecologia dentro do grupo de mulheres. Assim podemos concluir que conseguiu atender ao objetivo geral, identificado que o autoconsumo é atividade produtiva que mais se aproxima da agroecologia, sendo o mesmo realizado pelas mulheres, afirmando assim que as mulheres são as protagonistas para a construção da agroecologia no assentamento.

A construção da agroecologia no assentamento, traz junto a emancipação da mulher, pois para garantir sustentabilidade precisa que homens e mulheres estejam participando das atividades e das tomadas de decisões juntos, ou seja, a agroecologia só se concretizará quando não haver desigualdade de gênero no campo.

É provável que o presente estudo não esgotou todas as lacunas referentes ao protagonismo das mulheres e a agroecologia, isto devido a sua complexidade, deixando assim muitas questões para serem estudadas, mostrando a necessidade ne novas pesquisas nesta área. De tal modo espera que este estudo possa ter visibilizado a importância que tem o trabalho da mulher na produção de alimentos, para a soberania da família e para a construção da agroecologia.

REFERÊNCIAS

- ALTIERI, Miguel. **Agroecologia: base científica para uma agricultura sustentável**. São Paulo, Rio de Janeiro: Expressão Popular, AS-PTA, 2012.
- CAPORAL, Francisco Roberto. Agroecologia: uma nova ciência para apoiar a transição a agriculturas mais sustentáveis. In: CAPORAL, Francisco Roberto (Org.). **Agroecologia: uma ciência do campo da complexidade**. Autores, 2009. p. 9 – 46.
- CAPORAL, Francisco Roberto; COSTABEBER, José Antônio; PAULUS, Gervásio. Agroecologia: Matriz disciplinar ou novo paradigma para o desenvolvimento rural sustentável. In: CAPORAL, Francisco Roberto (Org.). **Agroecologia: uma ciência do campo da complexidade**. Autores, 2009. p. 9 – 46. Disponível em: http://www.emater.tche.br/site/arquivos_pdf/teses/Agroecologiaumacienciadocampodacomplexidade.pdf . Acesso em: 07 mar.2018.
- CARNEIRO, Fernando Ferreira et al. Segurança alimentar e nutricional e saúde. IN: CARNEIRO, Fernando Ferreira et al(Org.). **Dossiê ABRASCO: Um alerta sobre os impactos dos agrotóxicos na saúde**. São Paulo, Rio de Janeiro: expressão Popular, 2015. P. 49- 87
- CARSON, Raquel. **Primavera silenciosa**. 2º ed. São Paulo: Comp. Melhoramentos, 1962.
- CAVALLET, Bruna Valencio. **Produtos orgânicos: aspectos gerais de comercialização em Chapecó (SC)**. 2015. p. 70. Trabalho de Conclusão de Curso (graduação). Universidade Federal Fronteira Sul. Chapecó
- CINELLI, Catiane; SANTOS, Geneci Ribeiro dos. Feminismo agroecologia e sustentabilidade. In BONI, Valdete et al (Org.). **Organização produtiva de mulheres e promoção de autonomia por meio do estímulo à prática agroecológica**. Santa Catarina: Copiart, 2015.p. 57 – 78.
- COLLET, Zenaide; CIMA, Justina Inês. Produção de autossustento, quintais produtivos na agricultura familiar e camponesa: o papel historicamente desempenhado pelas mulheres. In BONI, Valdete et al (Org.). **Organização produtiva de mulheres e promoção de autonomia por meio do estímulo à prática agroecológica**. Santa Catarina: Copiart, 2015.p. 37 – 54.
- COSTA, Juliana de Almeida; FERNANDES, Maria Isabel. Plantas medicinais, aromáticas e alimentícias. In BONI, Valdete et al (Org.). **Organização produtiva de mulheres e promoção de autonomia por meio do estímulo à prática agroecológica**. Santa Catarina: Copiart, 2015.p. 81 – 104.
- COSTA, Maria José da. Mulheres camponesas construindo sonhos no chão do semiárido: PAA e soberania alimentar nas mãos das camponesas. In: TAVARES, Jozelita; COSTA, Josineide; FAGUNDES, Marli (Org.). **Diversidade produtiva das mulheres do MPA**. 9. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2006. p. 81 – 103.
- GEORGIN, JORDANA ET AL. **A participação feminina na agricultura agroecológica: um estudo do caso na região norte do Rio Grande do Sul**. Revista Monografias Ambientais;

Revista do Centro de Ciências Naturais e Exatas UFSM. Disponível em:
. Acesso em: 07/05/2018.

GERHARDT, Tatiana; SILVEIRA, Denise Tolfo (Org.). **Métodos de pesquisa**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

GLIESSMAN, R. Stephen. Agroecologia processos ecológicos em agricultura Sustentável. In: GLIESMAN, Stephen (Org.). **Introdução a agroecologia**. Porto Alegre: UFRGS, 200. Cap. 1, p. 33- 74.

GRISA, Catia; A produção “Pro Gasto” um estudo comparativo do Rio Grande do Sul. 2007, 200f. Dissertação (Mestrado Desenvolvimento Rural) – Curso de Pós – Graduação em Desenvolvimento Rural, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.

HADICH, Ceres Luisa Antunes; BASTIANI Tânia Mara de. As mulheres e a construção da agroecologia. In: HADICH, Ceres Luisa Antunes; GONÇALVES, Mirelli; **16º Jornada de agroecologia**. Paraná, 2016. p. 20 – 21.

HERRERA, Karolyna Marin. **Uma análise do trabalho da mulher rural através da perspectiva da multifuncionalidade agrícola**. Seminário Internacional Fazendo Gênero. 2012. Disponível em: . Acesso em: 07/05/2018.

JAHN, Elisiane De Fátima; CONTE, Isaura Isabel. Agricultura familiar e camponesa: as questões de gênero na organização da produção. In: BONI, Valdete et al (Org.). **Organização produtiva de mulheres e promoção de autonomia por meio do estímulo à prática agroecológica**. Santa Catarina: Copiart, 2015.p. 15 – 36.

KORCHAK, Adilson; GUTRRRES, José Augusto. Um panorama dos cooperativismos no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra e o caso da COOPROCEP. In: GEDIEL José Antônio Peres (Org.). **Estudos de direitos cooperativos e cidadania**. 1. Ed. Curitiba: Programa de Pós-Graduação em Direito da UFPR. 2007. p. 114 – 155.

MACHADO, Luiz Carlos Pinheiro; MACHADO FILHO, Luiz Carlos Pinheiro. **A dialética da agroecologia: contribuição para um mundo sem veneno**. 1.ed. São Paulo: Expressão Popular, 2014.

MARONHAS, Maitê; SCHOTTZ, Vanessa; CARDOZO, Elizabeth. **Agroecologia, trabalho e mulheres: Um olhar a partir da economia feminista**. 18º REDOR. Disponível em: . Acesso em: 07/05/2018.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA. **Nossa produção**. Disponível em: <http://www.mst.org.br/nossa-producao/>. Acesso em: 18 fev. 2018.

MULLER, Adriana Cristina. Mulheres em movimento: rompendo barreiras, construindo sonho. In: TAVARES, Jozelita; COSTA, Josineide; FAGUNDES, Marli (Org.). **Diversidade produtiva das mulheres do MPA**. 9. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2006. p. 55 – 72.

NERLING, Daniela et al. Mulheres e sementes – um modo de vida e a identidade de uma classe. In: TAVARES, Jozelita; COSTA, Josineide; FAGUNDES, Marli (Org.). **Diversidade produtiva das mulheres do MPA**. 9. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2006. p. 39 – 72.

PERREIA, Mônica Cox de Britto. Revolução verde. In: CALDART, Roseli Salete (Org.). **Dicionário da educação do campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012. P. 685- 690.

PIMENTA, Sara Deolinda Cardoso; As mulheres na agroecologia e a agroecologia na vida das mulheres. Brasília: Conferencia Nacional dos trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras familiares – CONTAG. 2018.

SCOTT, Joan; **Gênero: uma categoria útil para análise histórica**. New York: Columbia University Press. 1989.

SILIPRANDI, Emma. **Mulheres e agroecologia**: transformando o campo, as florestas e as pessoas. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2015.

STROZAK, Janaina. **A batalha entre dois modelos agrícolas**: agronegócio VS agroecologia. Disponível em: <http://www.mst.org.br/2015/06/25/a-batalha-de-dois-modelos-agricolas.html> . Acesso em: 18 mar. 2018.

TRÉS, Priscila Albani. Mercado popular de alimentos e a participação das mulheres na renda familiar camponesa. In: TAVARES, Jozelita; COSTA, Josineide; FAGUNDES, Marli (Org.). **Diversidade produtiva das mulheres do MPA**. 9. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2006. p. 73 – 80.

APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO COM AS FAMILÍAS

Este questionário destina a pesquisa em relação ao tema: o protagonismo das mulheres na construção da agroecologia: um estudo de caso no assentamento Novo Paraíso- PR.

Percepção da família sobre arrendamento de terras e a agroecologia

Categoria =

- 1) Quanto tempo reside no assentamento?
- 2) Quais as formas de renda da família?
- 3) Práticas formas de produção agroecológica ou orgânica em sua propriedade?
- 4) Arrenda seu lote? No caso positivo, quais as justificativas para o arrendamento?
- 5) Você acha que tem outras formas de produção que possam superar o arrendamento?
- 6) Qual sua percepção sobre o arrendamento de terras?
- 7) Qual problema você identifica com o arrendamento de terras?
- 8) Na sua percepção quais problemas se têm com o uso dos agrotóxicos e de transgênicos?
- 9) A família tem sementes crioulas? Se sim de onde elas vieram?
- 12) Qual sua percepção sobre a agroecologia?
- 13) Você acha importante a construção da agroecologia no assentamento? Quais as dificuldades para que se comece uma construção agroecológica no assentamento?
- 14) Quais possíveis ações que considera que possam ser feitas no assentamento para a construção da agroecologia?

Pesquisa sobre os sistemas de produção

- 1) Quais sistemas de produção tem na UP?
- 2) Quem trabalha em cada sistema de produção?

- 3) Quantas horas trabalham em cada sistema de produção?
- 4) Em quais sistemas de produção utilizam insumos externos? Quais?

Pesquisar sobre a alimentação das famílias (autossustento)

- 1) Que culturas produzem para autossustento da família?
- 2) Quem escolheu estas culturas para o plantio?
- 3) Quem trabalha na a produção de alimentos para o autossustento?
- 4) Quantas horas trabalham em cada cultura e quem trabalha?
- 5) Produz animais de pequeno porte? Quem cuida deles?
- 6) Tem produção de ervas medicinal? Quem as produz?

Questionário entregue as famílias para anotarem sua alimentação diária:

	Tipo de alimentos	Quantidade	Origem
Café			
Almoço			
Janta			

APÊNDICE B – ENTREVISTA EM GRUPO

Este questionário destina a pesquisa em relação ao tema: o protagonismo das mulheres na construção da agroecologia: um estudo de caso no assentamento Novo Paraíso- PR.

Percepção sobre o assentamento com a coordenação

- 1) De que forma o assentamento está organizado em sua estrutura política?
- 2) Qual é política dos coordenadores e coordenadoras em relação ao arrendamento de terras e posteriormente o uso de agrotóxico?
- 3) O que levou as famílias arrendarem terras? Na sua opinião o arrendamento traz consequência para o assentamento?
- 4) Quantas famílias arrendam? Quantas trabalham com produção de leite? Quantas produzem alimentos para o auto sustento?
- 5) Quais as formas de pagamento feita pelos arrendatários?
- 6) O assentamento faz debate em relação a agroecologia?

Entrevista com as coordenadoras do grupo de mulheres

- 1) Como iniciou o grupo de mulheres?
- 2) Qual o objetivo?
- 3) O que vocês fazem nas reuniões do grupo?

APÊNDICE C – TABELA COM PREÇO DE ALIMENTOS

Aqui se apresenta a tabela dos preços em relação aos alimentos produzidos pelas mulheres no assentamento.



Cooperativa de Produção e Comercialização da
da Reforma Agrária e Agricultura Familiar

CNPJ: 04.750.248/0001-20

TABELA DE PREÇOS - PNAE ESTADUAL 2018

GRUPO HORTALIÇAS	Unidade	Convencional	Orgânico
Acelga	kg	2,49	3,24
Agrião	kg	6,13	7,96
Alface	kg	3,88	5,04
Almeirão	kg	4,43	5,75
Couve Manteiga	kg	4,63	6,01
Espinafre	kg	4,34	5,64
Quiabo	kg	4,79	6,23
Rabanete	kg	3,49	4,54
Repolho verde/roxo	kg	1,72	2,24
Rúcula	kg	5,53	7,18

GRUPO TEMPEROS	Unidade	Convencional	Orgânico
Alho	kg	19,23	25,00
Cebola	kg	2,33	3,03
Cebolinha Verde	kg	8,27	10,75
Limão	kg	1,90	2,47
Pimentão	kg	4,63	6,02
Salsinha	kg	8,08	10,50

DESCONTOS	%
FUNRURAL	2,30
TAXA ADMINISTRATIVA	17,70

GRUPO TUBERCULOS	Unidade	Convencional	Orgânico
Abobrinha Verde	kg	2,37	3,08
Batata Doce	kg	1,98	2,57
Berinjela	kg	3,07	3,99
Beterraba	kg	2,55	3,32
Brócolis	kg	4,34	5,64
Cará	kg	3,12	4,06
Cenoura	kg	2,24	2,91
Chuchu	kg	1,92	2,50
Couve Flor	kg	3,82	4,97
Inhame	kg	2,99	3,89
Mandioca Desc. Bem. A Vácuo	kg	3,58	4,65
Milho Verde sem Palha	kg	3,45	4,49
Pepino	kg	3,00	3,90
Tomate	kg	3,23	4,20
Vagem	kg	5,92	7,70

Lista de Produtos da Feira -Unioeste/Campus de Cascavel - Março de 2018

N	Produto	Valor R\$
Tuberculos e Outros		
	Abóbora Kabotiá - Kg	R\$ 2,50
	Abóbora Moranga - Kg	R\$ 2,50
	Abóbora Seca- Kg	R\$ 2,50
	Abóbrinha Itália/Verde- Kg	R\$ 3,00
	Abóbora Seca Picada- Kg	R\$ 6,00
	Abóbrinha Menina - Kg	R\$ 2,50

Encomendas - Outros		
	Farelo de Arroz - Kg	
	Galinha Semi Caipira - Kg	R\$ 12,00
	Galinha Caipira Kg	R\$ 14,00
	Leite - Litro	R\$ 2,50
	Manteiga - Kg	R\$ 24,00
	Mel - Kg	R\$ 24,00
	Ovos Semi Caipira - Dúzia	
	Ovos Caipira- Dúzia	R\$ 8,00
	Queijo Temperado- Kg	R\$ 24,00
	Queijo - Kg	R\$ 24,00
	Nata-250 gramas	R\$ 5,00
	Cachaça de Vidro-1 litro	R\$ 30,00
	Cachaça - garrafa pet	R\$ 20,00
	Melaço 320 gramas	R\$ 5,00
	Fubá Kg	R\$ 6,00
	Própolis (30ml)	R\$ 10,00
	Salame kg	R\$ 12,00
	Torresmo 300gr	R\$ 5,00
	Queijo ralado(100gr)	R\$ 3,00
	Vinagre (500ml)	R\$ 6,00
	Banha (kg)	R\$ 10,00
	Açúcar macasco Artesanal	R\$ 12,00
	Açúcar Macavo - COPAVI - Kg	R\$ 10,00
	Melado - Kg	R\$ 12,00
	Yorgute Natural- Pote	R\$ 4,00
	Yorgute Frutas- Pote	R\$ 5,00

Frutas		
	Fisales - Kg	R\$ 20,00
	Banana Prata - Kg	R\$ 4,00
	Banana Maçã - Kg	R\$ 5,00
	Banana Nanica - Kg	R\$ 3,00

Doces		
Cri Cri/Amendoim 150 g		R\$ 2,50
Doce Abóbora c/ Açúcar Mascavo 250 gramas/250 ml		R\$ 7,00
Doce de Banana c/ Açúcar mascavo (250g)		R\$ 7,00
Doce de Abóbora (pote 250 ml)		R\$ 6,00
Doce de Banana (pote 250 ml)		R\$ 6,00
Doce de Gila - 350 g/250 ml		R\$ 6,00
Doce de Amora (pote 250 ml)		R\$ 6,00
Doce de Leite - 300 g/250 ml		R\$ 6,00
Sementes		
Alho Ito/Nacional Dente - Kg		R\$ 20,00
Alho Comum Dente- Kg		R\$ 16,00
Alho Poró Dente- Kg		R\$ 20,00
Amendoim c/ Casca- Kg		R\$ 8,00
Amendoim Grãos - Kg		R\$ 10,00
Amendoim Torrado - Kg		R\$ 12,00
Arroz Branco-Kg		R\$ 6,00
Arroz Parbonizado- Kg		R\$ 6,00
Ervilha Verde - Kg		R\$ 20,00
Feijão Carioca - Kg (na entre safra deixa R\$8,00)		R\$ 6,00
Feijão Preto - Kg		R\$ 6,00
Panificados - Salgados		
Pão Caseiro (unidade)		R\$ 5,00
Pão Integral (Unidade)		R\$ 6,00
Pão de Cenoura/Beterraba (Unidade)		R\$ 6,00
Bolacha de Canela		R\$ 4,00
Bolacha de Nata		R\$ 6,00
Bolacha Pintada		R\$ 6,00
Bolacha Caseira Simples (330 Gramas)		R\$ 5,00
Bolacha de Nata/Coco		R\$ 6,00

ANEXO A

Foto 4- colheita manual de arroz da família 1



Fonte: Álbum autora, 2016.

Foto 5 – consorcio de produção de alimentos para o autossustento da família 4, mostrando a diversidade em um mesmo local



Fonte: Álbum autora, 2016.

Foto 6 – mulheres reunidas no encontro do grupo de mulheres estudando sobre a agroecologia



Fonte: Álbum autora, 2016.

Foto 7– alimentação feita pelas mulheres para a partilha nos encontros



Fonte: Álbum autora, 2017

